

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
JORNALISMO BACHARELADO

Witor Santos Silva

NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO NA COBERTURA JORNALÍSTICA  
DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 EM BRASÍLIA

Frederico Westphalen, RS  
2023

Witor Santos Silva

NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO NA COBERTURA JORNALÍSTICA DOS ATOS DE 8 DE  
JANEIRO DE 2023 EM BRASÍLIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Bacharelado em Jornalismo, da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM),  
campus de Frederico Westphalen, como requisito  
parcial para a obtenção do título de **Bacharel em  
Jornalismo.**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marluza da Rosa

Frederico Westphalen, RS  
2023

**Witor Santos Silva**

**NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO NA COBERTURA JORNALÍSTICA DOS ATOS DE 8 DE  
JANEIRO DE 2023 EM BRASÍLIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), campus de Frederico Westphalen, como requisito parcial para a obtenção do título de **Bacharel em Jornalismo**.

**Aprovado em 7 de dezembro de 2023**

**Profa. Dra. Marluza da Rosa (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

**Profa. Dra. Andrea Weber (UFSM)**

**Prof. Me. Patrick Meneghetti (UNIJUÍ)**

Frederico Westphalen, RS  
(2023)

## AGRADECIMENTOS

Chegar no fim da graduação só foi possível porque há pessoas que me ajudaram a superar os obstáculos que haviam pelo caminho.

Inicio agradecendo minha companheira de vida, Taís Busanello, por todo o suporte que me deu ao longo desses dois semestres de escrita e sem seu apoio essa pesquisa não seria possível. Este trabalho é dedicado ao meu pai Francisco, a minhas três mães, Sandra, Jane e Vânia, meus irmãos Francini e Jonas, meu avô João e minha avó Zoraides, que infelizmente não vai poder ver o neto se formar, mas creio que ficaria muito feliz, pois ser jornalista era um sonho do qual ela compartilhava comigo.

Não poderia deixar de agradecer imensamente à Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marluza da Rosa, pela disposição e paciência nas orientações. Eu não poderia ter pessoa melhor para me guiar nessa jornada, você é uma inspiração para mim. Estendo meu agradecimento ao meu parecerista de TCC1, Patrick Meneghetti, pelos pertinentes apontamentos em relação a este estudo e pela indicação de um desdobramento de pesquisa, algo que é de minha pretensão executar no futuro. Agradeço também a Andrea Weber e a Laura Bucholz pela leitura desta pesquisa e disposição de participar da banca de avaliação.

*"O que sabemos é uma gota, o que ignoramos é um oceano."*

*(Isaac Newton)*

## RESUMO

### NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO NA COBERTURA JORNALÍSTICA DOS ATOS DE 8 DE JANEIRO DE 2023 EM BRASÍLIA

AUTOR: Witor Santos Silva

ORIENTADORA: Marluza Terezinha da Rosa

Nesta pesquisa, exploramos a maneira com que um acontecimento é construído pelo jornalismo. Para realizar essa tarefa, situamo-nos em uma perspectiva discursiva, sob a ótica da Análise Materialista do Discurso. O foco de estudo consiste nos Atos de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, quando um grupo de pessoas marchou em direção à Praça dos Três Poderes, rompeu as barreiras de proteção e adentrou em prédios públicos. Houve depredação dos edifícios e 2.151 pessoas foram detidas em flagrante. Esta monografia tem como principal objetivo averiguar como dois portais de notícia construíram a imagem dos sujeitos envolvidos nos atos e, possivelmente, esse evento como acontecimento jornalístico e discursivo. Os portais selecionados foram o G1 e o jornal Folha de S. Paulo Tendo em vista essa problemática como objetivo principal, o estudo propõe os seguintes objetivos específicos: a) compreender o processo de constituição, formulação e circulação do discurso jornalístico; b) explorar a construção do acontecimento por meio das manchetes dos portais de notícias; c) discutir os efeitos de sentido produzidos a partir da designação dos indivíduos presentes no ato. Os dois primeiros capítulos têm a finalidade de situar o leitor no caminho teórico, que é o alicerce da análise, apresentando conceitos relacionados ao jornalismo e à Análise Materialista do Discurso, tais como: acontecimento, formação discursiva e designação. Para a constituição do arquivo foi utilizada a busca avançada do Google, com inserção do termo “Brasília” e restrições de data e site. Foi demonstrado um panorama sócio-histórico brasileiro no momento anterior aos Atos em Brasília, apresentando as condições de produção dos discursos, tanto dos que estiveram diretamente envolvidos na ação, quanto do jornalismo. Na análise, chegou-se ao entendimento de que os portais construíram os envolvidos nos atos com base em uma separação do bolsonarismo em grupos, com posições distintas em relação ao rompimento da democracia. Em outros termos, a análise aponta que parece ter havido um certo cuidado em não generalizar os “bolsonaristas” como “terroristas” e “golpistas”, designações regularmente presentes nas manchetes. Acrescenta-se que os veículos categorizaram as ações como vandalismo ou depredação. Pensando no funcionamento da designação desses termos, entende-se que parece sugerir um enfoque nas consequências materiais, nesse caso específico, aos prédios públicos. Conclui-se que, ao não nomear os “bolsonaristas” de forma destacada, mas sim, associando-os a outros termos, os portais acabam por setorizar o “bolsonarismo”, dificultando o entendimento de que esse grupo seja antidemocrático. Além disso, ao qualificar os Atos como vandalismo, os portais restringem a relação de efeitos das ações, afastando-as de sua compreensão como um possível atentado ao Estado Democrático de Direito.

**Palavras-chave:** Discurso Jornalístico. Nomeação e Designação. Acontecimento. Atos em Brasília. 08/01/2023

**ABSTRACT****NAMING AND DESIGNATION IN THE JOURNALISTIC COVERAGE OF THE EVENTS OF JANUARY 8, 2023, IN BRASÍLIA**

**AUTHOR:** Witor Santos Silva  
**ADVISOR:** Marluza Terezinha da Rosa

In this research, we explore how an event is constructed by journalism. To accomplish this task, we position ourselves from a discursive perspective, under the perspective of Materialist Discourse Analysis. The focus of the study is on the events of January 8, 2023, in Brasília, when a group of people marched towards the Three Powers Square, broke through protective barriers, and entered public buildings. There was vandalism of the buildings, and 2,151 people were arrested on the spot. This thesis aims to investigate how two news portals constructed the image of the individuals involved in the events and, possibly, this event as a journalistic and discursive occurrence. The selected portals were G1 and the Folha de S. Paulo newspaper. Given this main objective, the study proposes the following specific objectives: a) understand the process of constitution, formulation, and circulation of journalistic discourse; b) explore the construction of the event through the headlines of the news portals; c) discuss the sense effects produced from the designation of individuals present at the event. The first two chapters aim to situate the reader in the theoretical framework, which is the foundation of the analysis, presenting concepts related to journalism and Materialist Discourse Analysis, such as: event, discursive formation, and designation. To create the archive, Google's advanced search was used, with the insertion of the term "Brasília" and date and site restrictions. A Brazilian socio-historical panorama was presented prior to the events in Brasília, outlining the conditions of discourse production, both of those directly involved in the action and journalism. In the analysis, it was understood that the portals constructed those involved in the events based on a separation of Bolsonarism into groups with distinct positions regarding the rupture of democracy. In other words, the analysis suggests that there seems to have been a certain care not to generalize "Bolsonarists" as "terrorists" and "coup plotters," designations regularly present in the headlines. It is added that the media categorized the actions as vandalism or destruction. Considering the functioning of the designation of these terms, it is understood that it seems to suggest a focus on material consequences, in this specific case, to public buildings. It is concluded that, by not naming "Bolsonarists" prominently but rather associating them with other terms, the portals end up segmenting "Bolsonarism," making it difficult to understand that this group is anti-democratic. Furthermore, by qualifying the events as vandalism, the portals limit the relationship of the effects of the actions, distancing them from being understood as a possible attack on the Democratic Rule of Law.

**Keywords:** Journalistic Discourse. Naming and Designation. Event. Events in Brasília. 01/08/2023

## RESUMEN

### NOMBRAMIENTO Y DESIGNACIÓN EN LA COBERTURA PERIODÍSTICA DE LOS HECHOS DEL 8 DE ENERO DE 2023 EN BRASÍLIA

AUTOR: Witor Santos Silva

ORIENTADORA: Marluza Terezinha da Rosa

En esta investigación, exploramos la manera en que un acontecimiento es construido por el periodismo. Para llevar a cabo esta tarea, nos situamos desde una perspectiva discursiva, bajo la óptica del Análisis Materialista del Discurso. El foco de estudio consiste en los Actos del 8 de enero de 2023 en Brasilia, cuando un grupo de personas marchó hacia la Plaza de los Tres Poderes, rompió las barreras de protección y entró en edificios públicos. Hubo vandalismo en los edificios y se detuvo a 2,151 personas en flagrancia. Esta monografía tiene como objetivo principal investigar cómo dos portales de noticias construyeron la imagen de los sujetos involucrados en los actos y, posiblemente, este evento como un acontecimiento periodístico y discursivo. Los portales seleccionados fueron G1 y el periódico Folha de S. Paulo. Dada esta problemática como objetivo principal, el estudio propone los siguientes objetivos específicos: a) comprender el proceso de constitución, formulación y circulación del discurso periodístico; b) explorar la construcción del acontecimiento a través de los titulares de los portales de noticias; c) discutir los efectos de sentido producidos a partir de la designación de los individuos presentes en el acto. Los dos primeros capítulos tienen como finalidad situar al lector en el camino teórico, que es el fundamento del análisis, presentando conceptos relacionados con el periodismo y el Análisis Materialista del Discurso, tales como: acontecimiento, formación discursiva y designación. Para la constitución del archivo se utilizó la búsqueda avanzada de Google, con inserción del término "Brasilia" y restricciones de fecha y sitio. Se presentó un panorama sociohistórico brasileño en el momento previo a los Actos en Brasilia, mostrando las condiciones de producción de los discursos, tanto de los que estuvieron directamente involucrados en la acción como del periodismo. En el análisis, se llegó a la conclusión de que los portales construyeron a los involucrados en los actos basándose en una separación del bolsonarismo en grupos, con posiciones distintas con respecto a la ruptura de la democracia. En otros términos, el análisis sugiere que parece haber habido cierto cuidado en no generalizar a los "bolsonaristas" como "terroristas" y "golpistas", designaciones regularmente presentes en los titulares. Se agrega que los medios categorizaron las acciones como vandalismo o destrucción. Considerando el funcionamiento de la designación de estos términos, se entiende que parece sugerir un enfoque en las consecuencias materiales, en este caso específico, a los edificios públicos. Se concluye que, al no nombrar a los "bolsonaristas" de manera destacada, sino asociándolos con otros términos, los portales terminan segmentando el "bolsonarismo", dificultando la comprensión de que este grupo sea antidemocrático. Además, al calificar los Actos como vandalismo, los portales limitan la relación de efectos de las acciones, alejándolas de su comprensión como un posible atentado al Estado Democrático de Derecho.

**Palabras clave:** Discurso Periodístico. Nombramiento y Designación. Acontecimiento. Actos en Brasilia. 08/01/2023



**SUMÁRIO**

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>10</b>
<b>1. UM PANORAMA DO PROCESSO NOTICIOSO.....</b>	<b>15</b>
1.1. Ética, moral e deontologia no jornalismo.....	15
1.2. O jornalismo na defesa da democracia e os códigos de ética.....	19
1.3. O jornalismo como construção.....	22
1.4. Os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia.....	26
<b>2. NOÇÕES DISCURSIVAS.....</b>	<b>28</b>
2.1. O acontecimento.....	28
2.2. Discurso e formações discursivas.....	32
2.3. Nomeação e designação.....	35
<b>3. PERCURSO PARA CONSTITUIÇÃO DO CORPUS.....</b>	<b>39</b>
<b>4. PERSPECTIVAS DISCURSIVAS NA COBERTURA JORNALÍSTICA.....</b>	<b>41</b>
4.1. Condições de produção do discurso.....	41
4.2. Portais de notícias e sua inserção na mídia brasileira.....	48
4.3. Os bolsonaristas, os terroristas e os golpistas.....	49
4.4. O atentado, a invasão e o vandalismo.....	58
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>64</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>67</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No dia 31 de março de 1964, as Forças Armadas do Brasil, com o apoio de setores industriais, políticos influentes e até mesmo de parte da imprensa, instauraram, por meio de um golpe de Estado, uma ditadura militar, depondo o presidente democraticamente eleito, João Goulart. Quatro anos depois, no dia 13 de dezembro de 1968, o presidente Artur da Costa e Silva emitiu o Ato Institucional número 5, que concentrou o poder nas mãos do chefe do executivo. O regime militar ganhou força após a promulgação do ato, com a possibilidade de fechar o congresso e as assembleias estaduais e de cassar mandatos de parlamentares, intervir no executivo de municípios e estados, suspender arbitrariamente direitos políticos e exonerar funcionários públicos. Institucionalizou a censura prévia aos meios de comunicação. Esse acontecimento marca o início de um período histórico de intensa repressão e censura, através da perseguição contra os indivíduos considerados subversivos aos ideais do governo. A ditadura perdurou por 21 anos, cerceando também a liberdade de imprensa, até a promulgação de uma nova Constituição Federal.

A Constituição de 1988 prevê, no art. 1º, que a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito. Trata-se do modelo de governo em que o poder do Estado está limitado ao direito dos seus cidadãos.

Assim como na Carta Magna de um país, criam-se, em diversas áreas, manuais de conduta e códigos de ética. No jornalismo, esses códigos podem estar inseridos num país, região, organização, entre outros. Assim como a Constituição Federal, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem inspiração na Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH) de 1948, que, em seu art. 19, afirma que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. A DUDH coloca a democracia como a forma de garantir os direitos humanos, visto que essa forma de governo está em contraposição aos regimes ditatoriais e autoritários.

Pode-se considerar que o jornalismo tem um papel importante na manutenção de um regime democrático. O Código reitera esse ponto no art. 2º, o qual considera que “o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental”, portanto, “os jornalistas não podem admitir que ele seja impedido por nenhum tipo de interesse”. O código ainda aponta, no art. 6º, § 1º, que é um dever “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão,

bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Já no art. 6, § 3º, o regulamento dispõe a incumbência do jornalismo de “lutar pela liberdade de pensamento e de expressão”. Pode-se pensar então no jornalismo como antagonico a qualquer regime antidemocrático, tendo em vista que a democracia garante a liberdade de expressão, pressuposto para a existência do próprio jornalismo.

O dever do jornalismo com a democracia é reiterado pelos códigos de ética jornalística, portanto, pode-se pensar que o jornalismo deveria exercer essa defesa através da pluralidade de vozes, mas sobretudo da objeção às manifestações antidemocráticas. Podemos refletir então sobre a possibilidade de um acontecimento, que é o ponto de partida para o processo noticioso, ser a própria manifestação contra o regime democrático, e por meio de uma perspectiva crítica, analisar como o jornalismo age na defesa de valores democráticos.

Slavoj Žižek (2014) trabalha a noção de acontecimento através de diferentes definições. O autor exprime a ideia de acontecimento como uma estrutura circular na qual o efeito age retroativamente nas causas, ou seja, um efeito que excede as causas. Este é um conceito importante para o entendimento desta monografia: um evento que age regressivamente e altera o passado, no sentido de que há alteração na percepção dos acontecimentos que são as suas causas. No âmbito do jornalismo, a noção de acontecimento é base do processo jornalístico e está intimamente ligada à noção de valor-notícia como componente da noticiabilidade, tal como proposta por Wolf (2008). Para o autor, sob a perspectiva de que o jornalismo é sobretudo uma construção, os critérios de noticiabilidade são filtros que controlam quais eventos serão noticiados. “Eles representam a resposta à seguinte pergunta: quais acontecimentos são considerados suficientemente interessantes, significativos, relevantes, para serem transformados em notícias?” (WOLF, 2008, p. 202). Dessa forma, podemos considerar que a cobertura jornalística de determinados acontecimentos atende às demandas dos valores-notícia. Por esse motivo, este estudo, acerca da cobertura feita por portais de notícias, coloca os atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, como um acontecimento jornalístico, dada a quantidade de material produzida pelos veículos dedicados ao evento.

Em 8 de janeiro de 2023, pela manhã, um grupo de pessoas estava reunido na capital nacional, no setor militar urbano, em frente ao quartel-general do exército. Por volta das 13h, marchou em direção à Praça dos Três Poderes e, cerca de uma hora depois, rompeu as barreiras de proteção, adentrando em prédios públicos: o Palácio do Congresso Nacional (sede

do Senado Federal e da Câmara dos Deputados), o Palácio do Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto (sede do Governo Federal). Houve depredação dos edifícios públicos e 2.151 pessoas foram detidas em flagrante em Brasília. Destas 1.406 permaneceram presas<sup>1</sup>. No mesmo dia, foi decretada intervenção federal no Distrito Federal, cujo governador, Ibaneis Rocha, foi afastado temporariamente do cargo. No decorrer da semana, a pedido da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República, foram executadas 41 prisões de pessoas com suspeita de terem financiado os atos. Os comandantes da Polícia Militar do Distrito Federal envolvidos com a segurança da Praça dos Três Poderes foram exonerados.

Ao lançar luz aos atos em Brasília como o acontecimento que, na proposição de Žižek, afeta retroativamente suas causas, o trabalho propõe a reflexão acerca do papel do jornalismo na defesa do estado democrático de direito e como ele faz (ou não) essa defesa através do processo de constituição, formulação e circulação do discurso jornalístico.

A partir da análise de discurso (AD), podemos ter uma visão ampla da formulação dos textos jornalísticos (notícias, reportagens, notas), a fim de apurar suas causas e efeitos. O recorte compreende o período entre 8 de janeiro de 2023, dia em que os atos em Brasília ocorreram, até o dia seguinte, 9 de janeiro.

Esta monografia tem como principal objetivo averiguar como o jornalismo construiu a imagem dos sujeitos envolvidos nos atos e possivelmente esse evento como acontecimento jornalístico e discursivo por meio da análise de discurso. Tendo em vista essa problemática como objetivo principal, o estudo propõe os seguintes objetivos específicos:

- Compreender o processo de constituição, formulação e circulação do discurso jornalístico;
- Explorar a construção do acontecimento por meio das manchetes e linha de apoio dos portais de notícias no período recortado (entre os dias 8 e 9 de janeiro de 2023);
- Discutir os efeitos de sentido produzidos a partir da designação dos indivíduos presentes no ato por parte dos portais.

A proposta desta pesquisa é explorar através da AD, a cobertura jornalística dos atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília, pelo portal de notícias G1, do Grupo Globo, e pelo portal do jornal Folha de S. Paulo. O critério para esse recorte foi o ranking de audiência da Comscore<sup>2</sup>, o qual aponta que o portal do jornal Folha de S. Paulo e o G1 são líderes de

<sup>1</sup>Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/justica/mais-41-foram-presos-alem-dos-1-406-detidos-no-8-de-janeiro/#:~:text=Além%20dos%201.406%20detidos%20por,2023> Acesso em: 17 maio 2023.

<sup>2</sup>Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Rankings-do-Mercado> Acesso em: 28 jun. 2023.

audiência em sites de notícia multiplataforma (computadores e dispositivos móveis) no Brasil.

Embora seja comum, fora do âmbito da comunicação, referir-se ao “discurso” como um pronunciamento de uma autoridade ou uma fala de um homenageado, a noção de discurso em Análise de Discurso é diferente do senso comum e não trata da ação, mas de uma linha teórico-científica. Nesse estudo, a linha adotada é da Análise de Discurso Materialista (AD), representada principalmente pelos estudos de Pêcheux, mas também com as noções de Orlandi (2007), Fernandes (2013), Schwaab (2007), além dos conceitos de nomeação e designação, desenvolvidos na Semântica do Acontecimento, por Guimarães (2003).

Nesta pesquisa, fazemos uma leitura discursiva da abordagem construcionista, que parte do pressuposto de que o jornalismo faz a construção dos acontecimentos e, por esse motivo, nega teorias que apontam que o jornalismo deveria refletir a realidade, como a *teoria do espelho*. A teoria construcionista coloca a notícia como construção social. O paradigma da notícia como construção “é totalmente oposto à perspectiva da notícia como ‘distorção’” (TRAQUINA, 2005, p. 168). Segundo a teoria, o jornalismo faz o papel de intermediação do fato e da matéria jornalística, escolhendo, através de critérios, os acontecimentos que serão transformados em notícia. Além disso, aponta para os valores-notícia (características que definem o que têm valor jornalístico) que serão verificados durante o processo noticioso, e ainda, como esses valores atuam na construção da notícia como acontecimento jornalístico, e posteriormente através da visão da AD, como acontecimento discursivo.

Em tempos nos quais a imprensa tem seu ofício desacreditado e, muitas vezes, atacado por diversas frentes, a presente pesquisa aponta para uma reflexão sobre a ética jornalística, aqui entendida como o valores morais que atravessam o jornalismo e regem a profissão, estabelecendo deveres e obrigações ao jornalismo, colocando-o como um pilar da democracia, na defesa do estado democrático de direito em que a liberdade de expressão estaria garantida, tomando como plano ideal a conduta baseada em princípios éticos como a norteadora no processo jornalístico. A presente pesquisa propõe a observação de como as notícias estiveram alinhadas aos valores éticos jornalísticos.

É importante salientar a relevância de fomentar o debate acerca do papel da imprensa na manutenção do regime democrático, e explorar a possibilidade de os atos serem um evento de proporções históricas. Com esse intuito, a presente pesquisa está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo visa a esclarecer alguns dos regimentos do jornalismo e sua relação com as noções de ética, moral e deontologia, além de abordar a linha teórica que

orienta a perspectiva deste estudo. O segundo capítulo busca elucidar ao leitor as noções que circundam a Análise Materialista do Discurso (AD), através das concepções de acontecimento, de discurso, da designação e nomeação. O terceiro capítulo situa o leitor no caminho metodológico escolhido, recursos para análise e delimitação do *corpus*. O quarto capítulo, está dividido em quatro seções, as duas primeiras tratam das condições de produção do discurso, apresentando o contexto sócio-histórico brasileiro e os portais de notícias que foram analisados. Em seguida, está disposta a análise sobre a nomeação e designação dos sujeitos e da ação. Por último, nas considerações finais, apresentamos as reflexões acerca da análise, como a categorização dos sujeitos e o silenciamento de alguns efeitos de sentidos.

## 1. UM PANORAMA DO PROCESSO NOTICIOSO

Este capítulo visa a apresentar ao leitor, alguns conceitos da área do jornalismo, trazidos por Karam (1997), Bertrand (1999), Christofolletti (2008), Chaparro (2007), Traquina (2005), Schwaab (2007), Wolf (2008) e Lage (2001), articulando-o com noções da Análise do Discurso, além de esclarecer algumas das abordagens que serão utilizadas para análise do *corpus* desta pesquisa, tais como: ética, moral e deontologia; do jornalismo na defesa da democracia, o jornalismo como construção; os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia.

### 1.1. Ética, moral e deontologia no jornalismo

Aqui partimos do princípio de que, para a compreensão dos atravessamentos éticos do processo noticioso, é preciso fazer o entendimento de conceitos que, embora estejam conectados entre si, são concepções diferentes: ética, moral e deontologia.

Etimologicamente falando, as palavras “ética” e “moral” derivam, respectivamente, do grego e do latim. Elas têm, porém, raízes semânticas semelhantes, significam *caráter, costume, maneira de ser*. Por outro lado, a palavra “deontologia” tem raiz do grego *deontos*, que significa *o que deve ser*. Portanto, é comum a não diferenciação desses termos que fazem referência a diferentes conceitos. Para Karam, a palavra “moral” refere-se ao “conjunto de normas que refletia determinado comportamento, cultura e período”, por outro lado, o termo “ética” aponta para a “reflexão sobre o mundo moral dos homens” (KARAM, 1997, p. 34). Bertrand (1999) segue um caminho semelhante, afirmando que a moral atenta “para a ética íntima de cada indivíduo, seu sentido do dever, fundados na sua visão pessoal do mundo, na sua experiência da vida” (BERTRAND, 1999, p. 52). Sucintamente, a moral pode ser definida como o conjunto de valores que cada indivíduo carrega, adquiridos pelo meio onde ele se insere e moldados pelas suas experimentações.

Neste estudo, concebemos que o exercício pleno do jornalismo se dá quando a ética jornalística é respeitada. Entendemos, tal como pensa Christofolletti, que “no jornalismo, a ética é mais que rótulo, que acessório” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 11), pois compreendemos que a ética deve ser a norteadora das decisões do jornalismo e que “no exercício cotidiano da cobertura dos fatos que interessam à sociedade, a conduta ética se mistura com a própria qualidade técnica de produção do trabalho” (CHRISTOFOLETTI,

2008, p. 11).

Christofoletti (2008) argumenta sobre a noção da ética como algo único e pessoal, afirmando que “é muito comum ouvir de profissionais que cada um apela para a sua ética quando tem de escolher entre um caminho ou outro no jornalismo” (2008, p. 16), no entanto, essa afirmação está incompleta, pois “a ética não é uma dimensão que toca apenas o lado individual das pessoas” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 16). Dessa forma, podemos pensar que os sujeitos têm seus valores não apenas motivados pelas relações pessoais, mas também são atravessados pelas relações de trabalho, de convívio e as demais conexões sociais.

Antes de nos aprofundarmos nas teorias da ética no jornalismo, precisamos antes compreender como o conceito de sujeito é entendido pela AD, que difere da linguística.

A Análise do Discurso, que tem no discurso seu objeto de análise, concebe de modo diferente da lingüística os conceitos de sujeito, língua e história. Para tanto, sua constituição teórica agrega três diferentes regiões do saber: o materialismo histórico, entendido como teoria das formações sociais e suas transformações; a lingüística, enquanto teoria dos processos de enunciação; e a semântica discursiva, como a teoria dos processos materiais de produção da significação. Essas três regiões são atravessadas por uma teoria do sujeito de base psicanalítica. (MARIANI, 2004, p. 19)

Para a AD, a concepção de sujeito “não corresponde a um indivíduo empírico cuja descrição a sociologia e a psicologia costumam fazer. Não se trata, tampouco, do sujeito cartesiano, dono de suas vontades, de suas certezas e do seu dizer.” (MARIANI, 2004, p. 19). Portanto, esse sujeito, que não é inteiramente dono de suas vontades, irá reproduzir aquilo que já foi dito e produzir novos sentidos, a partir do “já-dito”.

A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento. (ORLANDI, 2007a, p. 50)

Podemos entender então, que pela via do discurso, o sujeito é produto de um processo de constituição pela linguagem filiado a uma formação discursiva (FD), que é regulada por uma formação histórico-ideológica. Ou seja, o sujeito é consequência das marcações da ideologia, estando inscrito em uma ou mais FDs.

Trata-se do sujeito estruturalmente dividido, assujeitado ao ideológico. Nessa concepção, o sujeito tanto é constituído pelo simbólico, enquanto sistema significante sujeito a falhas, quanto materializa nesse mesmo simbólico as falhas e os equívocos que o estruturam. (MARIANI, 2004, p. 19)



A reprodução e resgate do já-dito fazem parte da formação discursiva. Portanto, para a AD, esse sujeito é constituído pelos atravessamentos que a FD no qual está inserido implica, e essa constituição é materializada pela prática da linguagem. A partir disso, podemos entender então, que as regras de conduta e normas, que fazem parte dos valores morais, podem ser uma forma de inscrição da FD nos sujeitos.

Desde que os seres humanos começaram a sua trajetória pela Terra, organizam-se em grupos sociais, estabelecendo relações entre si. Para conviver em relativa harmonia, foi necessário determinar algumas **regras de conduta e normas** que orientassem o comportamento e contribuíssem para um equilíbrio coletivo; além de sinalizar o que era certo e o que deixava de ser, o que a comunidade admitiria e o que seria repudiável. A essas regras o homem chamou de **valores morais**. [...] Passam-se os tempos, mudam-se as vontades, mas o homem não descarta a moral nem os valores que ajudam a definir o que é bom ou mau, certo e errado. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 16, grifo nosso).

Os valores morais estão presentes na sociedade desde os primórdios da humanidade, impondo limites e regendo condutas. No entanto, eles não têm um caráter imutável, de outro modo, eles são variáveis. Como os seres humanos se organizam em comunidades heterogêneas, os valores se diferenciam uns dos outros em diferentes sociedades. No entanto, o conceito regular está na definição de moral, que é o “conjunto de valores que orientam a conduta, as ações e os julgamentos humanos” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 16). Assim sendo, em cada comunidade, a moral não será variável, mas sim, os valores morais.

Podemos pensar então, por outro ângulo, saindo de uma perspectiva macrossociológica, aprofundando o olhar para as organizações inseridas nas próprias sociedades, principalmente aquelas reunidas em torno de um atividade profissional, como a comunidade jornalística. Há valores morais comuns nessa comunidade que tentam estabelecer o que é correto, por conseguinte, as ações serão marcadas por esses princípios. “É com base em valores morais que fazemos escolhas sobre nossas condutas e atuamos diante de situações cotidianas” (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 16).

Aquilo que os homens fazem com a moral, isto é, como fazem os valores funcionarem, é o que se convencionou chamar de ética. Se a moral coloca normas, padroniza, é dura e sinalizadora, a ética é reflexiva, maleável, praticante e questionadora. A moral é como uma tábua de mandamentos; a ética é o pensamento sobre as regras e nossas relações com o mundo: se vamos ou não acatar as normas, e por que fazemos uma coisa e não outra. (CHRISTOFOLETTI, 2008, p. 16).

Em síntese, é possível afirmar que os valores éticos são princípios individuais que apontam para conduta de determinado sujeito, ao passo que a moral constitui um conjunto de

princípios comuns a uma sociedade, a uma exterioridade do sujeito. A ética consiste na “escolha”, do certo ou errado, de acordo com a moral, e ambas estão inseridas nas formações ideológicas.

Karam (1997) define a deontologia como “a cristalização provisória do mundo moral, validado pela reflexão ética, em normas sociais concretas, em princípios formais e, em alguns casos, em normas jurídicas” (KARAM, 1997, p. 33). Em outros termos, a deontologia pode ser encarada como normatizadora de condutas, incidindo na “sistematização social daquilo que existe na esfera moral e é objeto da reflexão ética” (KARAM, 1997, p. 33). Ao pensarmos em que a deontologia recai sobre a atividade jornalística, podemos tomar como exemplo, os manuais de redação e códigos de ética, que de forma mais direta e explícita tentam designar o que é considerado aceitável em termos de conduta.

A definição de Bertrand corrobora a ideia de que a deontologia está atrelada à reflexão ética, e acrescenta que ela é “freqüentemente uma tradição não escrita que determina, por consenso, o que ‘se faz’ e ‘não se faz’” (BERTRAND, 1999, p. 52). Apesar das diferentes interpretações desse regramento, Bertrand (1999, p. 52) acrescenta que “em todos os países do mundo, organizações corporativas julgaram útil redigir uma carta de deveres aos jornalistas”. As cartas de deveres que Bertrand (1999) menciona fazem referência aos códigos de ética, às cartas aos jornalistas, às compilações de princípios e a qualquer documento prescritivo de conduta jornalística. Estes, elaborados por entidades ligadas aos meios de comunicação e até mesmo pelas próprias corporações empresariais, têm o propósito de materializar (por vezes, de forma sutil) a subjetividade do legado não escrito, ou seja, aquilo que é ou não é aceitável e aquilo que se espera que se faça.

Tendo em vista essa concepção, na presente pesquisa, entendemos que as definições do que “pode ser feito” no jornalismo são atravessadas por diversos aspectos, dentre eles: as orientações subjetivas, aquelas que são implícitas, não evidentes, e as orientações objetivas, aquelas que são evidenciadas materialmente, por códigos escritos. Pela via da Análise do Discurso, esses elementos estão atrelados às condições de produção do discurso, que, por sua vez, estão associados às formações discursivas nas quais os sujeitos estão inseridos.

Em suma, entende-se a moral, como o conjunto de valores morais dos sujeitos, que são variáveis nas comunidades, valores que são constituídos em determinada formação ideológica. A ética, trata-se da reflexão da decisão, ancorada no dilema de ser certo ou errado. Ela não é individual, porque os dilemas éticos estão presentes nas ações do cotidiano que não

tangem somente a uma pessoa, mas em lugares em que a relação com pessoas é constante, como o ambiente de trabalho. Os comunicadores lidam com dilemas éticos que concernem aos espectadores, aos colegas de trabalho e também à empresa jornalística. A deontologia pode ser explicada como a “ética da profissão”. Trata-se de um assentamento das obrigações que visam a dar uma resposta ao dilema ético através da normatização de alguns valores, de certa forma, um conjunto de regras para exercício da profissão, explícito ou não.

Todos esses conceitos constituem a formação discursiva, na qual estará inserida a formação ideológica dos sujeitos, e a ideologia irá se manifestar pela prática da linguagem. Portanto, o entendimento da ética, moral e deontologia como parte das condições de produção do discurso é pertinente para a Análise do Discurso.

Seguindo as noções de ética, moral e deontologia abordadas nesta seção, apresentaremos na próxima seção como esse conceitos se manifestam em forma de códigos de ética da profissão, além de versar acerca do papel atrelado ao jornalismo na manutenção do estado democrático.

## **1.2. O jornalismo na defesa da democracia e os códigos de ética**

O jornalismo é comumente atrelado ao papel de manutenção do regime democrático, como um meio de defesa da liberdade de expressão, essa, garantidora do exercício do próprio jornalismo. É o que dispõe a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. O documento é uma resolução, ou seja, não tem caráter jurídico, que define a proteção de direitos humanos fundamentais e foi aprovada por 48 dos 58 Estados-membros da organização. Na época, muitos dos países signatários ainda mantinham possessões coloniais, especialmente na África. Para Bragatto (2014), a noção de direitos humanos é criada a partir de valores determinados pelo ocidente, dessa forma valida ideais eurocentristas. Para a autora,

essa teoria é dominante porque é produzida por quem tem legitimidade epistêmica para produzir conhecimento válido. Além disso, ainda que se remeta ao arcabouço teórico da modernidade, ignora completamente a sua dimensão colonial. Por isso, o discurso dominante é eurocêntrico e justamente por isso é dominante. Ocorre que, sendo eurocêntrico, é um discurso localizado e parcial. Pensa os direitos humanos como um fenômeno situado apenas em um dos lados da linha abissal: no contexto das sociedades colonizadoras. E porque o discurso é produzido neste lado da linha para falar da história e das concepções teóricas de dentro dela, ele se tornou dominante. (BRAGATTO, 2014, p. 225).

Podemos entender então, que a teoria ocidental dos direitos humanos representa a dominação da cultura europeia com a premissa de que há legitimidade formação das teorias justamente com o alinhamento ao pensamento europeu, ou seja, as teorias deixam de lado a influência colonial, por serem constituídas e inseridas em uma sociedade colonial. Entende-se, então, que a DUDH pode reproduzir o pensamento dominante europeu, justamente por ter sido encabeçada por nações europeias e colonizadoras.

Apesar disso, a DUDH serviu de inspiração para a construção da constituição de muitos Estados pelo mundo, especialmente daqueles que viveram períodos em que o sistema de governo não era democrático, como o caso do Brasil. A Constituição Federal do Brasil (CF) tem clara inspiração no documento da ONU, o qual compartilha de muitos pontos com a declaração. A Carta Magna também estabelece o Brasil como um Estado Democrático de Direito, o que significa que os direitos dos cidadãos limitam o poder do governo. Dessa forma o Brasil se constitui como um país no qual o Estado tem a obrigação de promover valores fundamentais, dentre eles a liberdade de expressão e de imprensa. Isso não significa que essa responsabilidade recai apenas sobre o Estado, pois cabe também aos meios de comunicação a incumbência de promover a pluralidade de vozes.

As cartas de conduta destacam principalmente o dever do jornalismo em proteger os valores democráticos que promovem um governo popular, portanto, entende-se que há uma responsabilidade dos meios de comunicação em resguardar a continuidade de um governo democrático, opondo-se a qualquer tipo de ataque à democracia.

Nos regimes autoritários também há comunicação política, mas esta se realiza como propaganda, ortodoxia, centralismo, ausência de debate ou de pluralidade das vozes. Na democracia, pelo contrário, há liberdade de expressão, uma pluralidade de vozes, o confronto ideológico, o governo precisa renovar o discurso [entende-se aqui como o discurso político, a fala], responder às críticas da oposição, veiculadas pelos meios de comunicação. (SOARES, 2009, p. 104 [inserção nossa]).

O que o autor apresenta nesse trecho é a exemplificação do porquê de os meios de comunicação serem considerados pilares da democracia. A liberdade de expressão, é reiterada no momento em que há pluralidade de vozes, difundidas pelos veículos de comunicação.

Além dos códigos de ética elaborados por entidades do círculo jornalístico, no nível organizacional, há os códigos de conduta próprios e os manuais de redação. Eles têm por objetivo instituir uma série de regramentos através de preceitos relativamente explícitos. Como argumenta Chaparro (2007), por um lado, há conceitos de valores éticos relativamente

subentendidos, por outro lado, os manuais tendem a expor esses valores de forma direta. Portanto, “o poder que determina ou tolera as decisões no dia-a-dia jornalístico [...] é também exercido por meio de normas claramente estabelecidas” (CHAPARRO, 2007, p. 109). Dessa forma, entendemos que os manuais reforçam não apenas os valores éticos de conduta, mas também servem como uma forma de controle organizacional. Através do manual, a empresa jornalística “impõe ou tenta impor, ao seu universo produtivo, um código técnico de redação e uma sistema ideológico ou prático de valores” (CHAPARRO, 2007, p. 109). Pela perspectiva do autor, além de abranger concepções de valores éticos, os manuais reforçam valores que a empresa entende serem importantes; isso significa que, por meio dos manuais, é compelido um conjunto de ideias da organização no processo de produção, ou seja, no processo jornalístico. Pode-se pensar então que os manuais também constroem outros aspectos na organização e estabelecem, em certo nível, os valores morais de determinadas instituições. Em relação à instituição pela perspectiva da AD, podemos pensar que pela constituição discursiva se dar em “tecido”, se deve considerar que o discurso institucional também estará inserido em formações discursivas, ou seja, também será movido pela memória e pela ideologia. No âmbito das organizações, pode-se pensar também na forma atuação do discurso institucional no funcionamento do discurso dos sujeitos, nesse sentido, as instituições “constituem parte do processo ideológico geral de edificação de práticas discursivas e não-discursivas, processo esse que apaga para o sujeito seu assujeitamento às formações discursivas produzindo o efeito de literalidade, de objetividade do real, etc” (MARIANI, 1999, p. 51). Dessa forma, entende-se que a instituição, discursivamente falando, é resultado de diversos processos que culminaram na legitimação de determinadas ações dentro das organizações.

[As instituições] são práticas discursivas que se legitimaram e institucionalizaram, ao mesmo tempo em que organizaram direções de sentidos e formas de agir no todo social. As instituições que se estabelecem tornam-se visíveis socialmente através de práticas e/ou rituais sociais, pela circulação de seus produtos e, sobretudo, através dos sistemas de normas e leis (ou seja, mais discursos) que se vão organizando conforme o discurso institucional vai se moldando/transformando, e vice-versa. (MARIANI, 1999, p. 51[inserção nossa]).

Do ponto de vista da AD, podemos afirmar que em determinada organização, os sujeitos que ali estão também estarão inseridos em uma formação discursiva atravessada pelo discurso institucional.

Esta visibilidade provoca um efeito “universalizante” de reconhecimento: em uma dada formação social, “todo mundo sabe” (ou, se não sabe, deveria saber) o que é uma escola, um jornal, uma igreja, etc. O processo histórico de naturalização das instituições e dos sentidos funciona de forma a torná-los “evidentes”, legítimos e necessários; da mesma forma, ao longo do tempo, passa-se a considerar como naturais os discursos que delas emanam, bem como os comportamentos a elas associados. (MARIANI, 1999, p. 51)

O efeito “universalizante” age com a memória, em forma de um tecido, conectado ao coletivo e intimamente ligada a uma formação discursiva. A atividade jornalística, portanto, é atravessada pelos diferentes códigos, regramentos e, a nível organizacional, pelos manuais de redação e pelas cartas de conduta das empresas jornalísticas, porém, o processo do saber o que fazer e o que não fazer é naturalizado, é institucionalizado.

Sinteticamente, podemos entender que o regime democrático é a forma de governo estabelecida pela DUDH como a melhor maneira para a garantir a liberdade de expressão, essa, pressuposto para exercício do jornalismo, reiterando o papel deste na defesa desses valores, que, como resultado, carrega a obrigação de se opor a qualquer forma de governo autoritário. Da mesma forma, a Constituição Brasileira de 1988 reforça o conceito dos meios de comunicação como um pilar da democracia. Os códigos de ética jornalística, inspirados na declaração, também trazem consigo a ideia de preservação de valores democráticos. Não podemos deixar de apontar que o funcionamento de valores organizacionais não se dá apenas por códigos de ética, mas também pela institucionalização de regramentos que nem sempre são evidentes e que resultam em atravessamentos na formação discursiva dos sujeitos.

Na próxima seção será discutido o funcionamento dos regramentos a partir da perspectiva de jornalismo como construção, e conseqüentemente como discurso.

### **1.3. O jornalismo como construção**

Nesta seção apresentaremos diferentes teorias a fim de situar o leitor no rol teórico do jornalismo. Começaremos pela que é considerada a primeira iniciativa de explicar o funcionamento do processo noticioso, a teoria do espelho, seguiremos o caminho teórico apresentando a teoria organizacional e por fim seu desdobramento, a teoria construcionista, que, ao mesmo passo da Análise do Discurso, coloca o jornalismo como uma construção social.

Uma problemática comum aos pesquisadores e acadêmicos de jornalismo está na

explicação de “por que as notícias são como são” (TRAQUINA, 2005). A teoria do espelho, de desenvolvimento fragmentado durante o século XIX e XX, foi a primeira teoria no mundo ocidental para tentar explicar o fenômeno noticioso. Segundo Traquina (2005, p. 146), a teoria do espelho “responde que as notícias são como são porque a realidade assim as determina”. Essa teoria remonta à ideia de que o jornalista é um mero intermediário e seria um reproduzidor da verdade, desprovido de aspectos que alterariam o objeto final, a matéria jornalística.

Central à teoria é a noção-chave de que o jornalista é um *comunicador desinteressado*, isto é, um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam (*sic*) da sua missão de *informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer*. (TRAQUINA, 2005, p. 147, grifo do autor).

Ao colocar o jornalista como um “comunicador desinteressado”, a teoria do espelho nega a subjetividade no processo jornalístico e não leva em consideração fatores como a dependência do jornalismo com fontes de informações que, por si só, estão inseridas em diferentes formações discursivas. Da perspectiva da AD, ao colocar a objetividade no jornalismo como algo possível, a teoria do espelho não atenta para os atravessamentos ideológicos, isto é, se o sujeito está inserido em determinada formação ideológica, a sua produção de sentidos será diferente de outros sujeitos e conseqüentemente seu processo de re-significação do discurso.

O conceito de notícia como espelho da realidade surgiu a partir da ideia positivista, corrente filosófica representada pelo francês Auguste Comte, a qual defende que somente o conhecimento científico é válido. O surgimento da teoria coincide com o período histórico do século XIX, no qual o conteúdo opinativo foi desmembrando-se das notícias, separando-se os acontecimentos das opiniões, movimento cunhado por Traquina (2005) como *novo jornalismo*<sup>3</sup>. Embora a teoria não tenha um expoente, “as agências noticiosas foram as defensoras mais ardentes desse *novo jornalismo*” (TRAQUINA, 2005, p. 148, grifo do autor) como método jornalístico. O respaldo das agências continuou à medida que o conceito de objetividade foi associado ao jornalismo.

Ao colocar o jornalismo como um agente neutro, a teoria do espelho está em direção oposta à análise de discurso (AD), uma vez que não leva em consideração as inscrições ideológicas no processo noticioso. A AD também está em desacordo com a ideia de objetividade no jornalismo, em razão de apontar que o discurso jornalístico é uma construção.

---

<sup>3</sup> Não confundir com o *new journalism*, movimento de aproximação da escrita literária com o jornalismo.

Os desenvolvimentos teóricos que sucederam a teoria do espelho se preocupavam em adotar uma perspectiva mais ampla em relação ao exercício do jornalismo. A teoria organizacional, proposta pelo sociólogo estadunidense Warren Breed, na década de 1950, foi desenvolvida para entender as relações entre pessoas na redação de um jornal, e tornou-se um importante marco teórico ao inserir o jornalista como elemento central de estudo. No entanto, limita-se a um nível organizacional, ou seja, dentro da própria empresa de comunicação. Segundo Traquina (2005, p. 152), “Breed sublinha a importância dos constrangimentos organizacionais sobre a atividade profissional do jornalista e considera que o jornalista se conforma mais com as normas editoriais do que com quaisquer crenças pessoais que ele ou ela tivesse trazido consigo”. Entendem-se constrangimentos como a pressão exercida pelos revisores, editores e outros sujeitos em posição de poder, ou seja, todos aqueles que de alguma forma fazem parte da estrutura hierárquica da instituição. Com base na perspectiva discursiva, pode-se considerar que a instituição, aqui entendida como o processo de efeito “universalizante” do discurso em uma organização, agirá de forma a limitar as possibilidades discursivas, isto é, o discurso institucional atravessa as formações discursivas dos sujeitos, constituindo legitimação de determinadas práticas discursivas.

A perspectiva organizacional coloca o jornalista em posição de “refém” da política editorial da empresa jornalística, que vai pouco a pouco moldando esse sujeito através de um mecanismo de recompensa e punição. Dessa forma, a organização toma o controle do jornalista, como afirma Breed (1955, p. 155 apud TRAQUINA, 2005, p. 153),

(T)odos, com a exceção dos novos, sabem qual é a política editorial. Quando interrogados, respondem que a aprendem “por osmose”. Em termos sociológicos, isto significa que se socializam e “aprendem as regras” como um neófito numa subcultura. Basicamente, a aprendizagem da política editorial é um processo através do qual o novato descobre e interioriza os direitos e as obrigações do seu estatuto, bem como as suas normas e valores. Aprende a antever aquilo que se espera dele, a fim de obter recompensas e evitar penalidades. (BREED, 1955, p. 155 apud TRAQUINA, 2005, p. 153).

Ao apontar as relações de poder no ambiente de trabalho como um influenciador no jornalismo, a teoria organizacional se aproxima do que reflete a AD, que considerará esses atravessamentos como formações discursivas.. Apesar disso, a visão organizacional está limitada à organização e não pondera as influências externas no processo noticioso, desconsiderando elementos importantes para a AD como por exemplo, as formações ideológicas dos sujeitos na produção do discurso.



Nos anos 1970, houve uma mudança da perspectiva do processo jornalístico, que destoa de outras teorias desenvolvidas anteriormente e coloca esse procedimento como uma construção. As teorias que têm como entendimento que as notícias são uma construção negam a proposição da teoria do espelho, uma vez que colocam o jornalismo, e não os acontecimentos, como o ator principal no processo jornalístico.

A Teoria Construcionista Social no jornalismo aponta que as notícias são construções sociais e não são representações objetivas da realidade. Os jornalistas, enquanto sujeitos dotados de ideologia e valores, fazem as construções noticiosas imprimindo-lhes essas características. Essa impressão pode estar, por exemplo, no emprego de determinada palavra e não outra, no processo de designação (que será aprofundado mais adiante). Na perspectiva da AD, Fernandes (2013) discorre acerca dos sentidos que provocam as palavras “ocupação” e “invasão”, por exemplo. Pode-se entender que esses dois termos podem desencadear diferentes sentidos para diferentes sujeitos, portanto, os “sentidos, e não o significado da palavra apenas, são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos” (FERNANDES, 2013, p. 13). Se, como afirma Fernandes (2013), os sentidos são atravessados pelas ideologias dos sujeitos, isso implica considerar que, ao mesmo tempo em que as matérias jornalísticas produzem sentidos através da ideologia dos consumidores, o mesmo acontece no processo de produção de notícias.

Esse paradigma construcionista nos guia para uma reflexão acerca da influência que o jornalismo tem na construção da realidade, no poder de escolher o que noticiar e como noticiar. Portanto, o jornalismo “se faz valer das técnicas, gêneros, formatos e processos de edição, por meio dos quais é possível escolher, excluir ou acentuar determinados aspectos dos acontecimentos” (SCHWAAB, 2007, p. 12).

O conceito de construção de notícias acarreta na normatização do texto, na idealização de regras que conduzam o produto jornalístico a uma padronização, uma standardização. Ao longo da história, foram criados modelos de construção de notícia, como o formato conhecido como pirâmide invertida, replicada de forma generalizada no jornalismo, que consiste num “dispositivo desequilibrado que faz a listagem de unidades de informação na ordem decrescente da sua presumível importância. Assim, o formato jornalístico impõe uma estrutura nos acontecimentos” (TRAQUINA, 2008, p. 47). É possível afirmar que o modelo da pirâmide invertida implica no entendimento das notícias como construção, pois, o

jornalismo, ao impor critérios de relevância, estabelece a importância de determinadas partes do acontecimento em detrimento de outros. Sob a ótica da AD, a normatização do processo noticioso, delimitando o que é possível ou não, pode ser encarado como um elemento da formação discursiva do sujeito. Dessa forma, a AD reitera o entendimento das notícias como construção, portanto, o discurso jornalístico “é compreendido como mais um dos inúmeros produtos que circulam no espaço social em que se situa a noção de construção social da realidade” (GADINI, 2007, p. 80).

Em suma, na tentativa de explicar do porquê de a notícia ser como é, a concepção da notícia como construção abarca uma série de causas e efeitos no processo noticioso. A partir disso, ainda abrange a convergência desses elementos na formação da notícia. Nesse sentido, podemos dizer que a visão construcionista vai de encontro com a perspectiva da AD, no sentido de que, é possível refletir acerca da confluência dos códigos de ética, das regras de conduta, dos valores morais, da audiência, da ideologia, na construção do discurso jornalístico.

Na próxima seção, seguiremos abordando a teoria construcionista, nos aprofundando acerca dos critérios de noticiabilidade e valores-notícia, dois conceitos que estão intimamente conectados com a noção de notícia como construção.

#### **1.4. Os critérios de noticiabilidade e os valores-notícia**

Uma problemática frequente nos estudos do processo noticioso está na definição do que é e do que não é notícia. Essa tomada de decisão do jornalismo tem como norteador os critérios de noticiabilidade, parâmetros utilizados no meio jornalístico para definir o que será noticiado. É uma forma de definir dentre uma grande quantidade de ocorrências e dentro da capacidade de apuração (recursos humanos e financeiros) do veículo de imprensa o que entrará em pauta. Segundo Traquina (2008), os critérios de noticiabilidade são “valores-notícia que os membros da tribo jornalística partilham”, e esses preceitos definirão se determinado acontecimento terá “aptidão de merecer um tratamento jornalístico” (TRAQUINA, 2008, p. 63). Do ponto de vista do autor, esses valores atravessam as redações e são comuns dentro da comunidade jornalística.

Para Wolf (2008), os critérios de relevância são resultado do “entrelaçamento entre características da organização do trabalho nos aparatos da mídia e elementos da cultura

profissional” (WOLF, 2008, p. 195). De uma perspectiva organizacional, esse entrelaçamento define o “conjunto de características que os eventos devem possuir (ou apresentar aos olhos dos jornalistas) para poder ser transformados em notícias” (WOLF, 2008, p. 195). O autor argumenta que os critérios fazem com que parte dos acontecimentos não possa ser “transformada” em produto jornalístico, portanto “não deverá fazer parte dos conhecimentos do mundo” (WOLF, 2008, p. 196). Ou seja, o próprio processo construtivo da notícia, através dos critérios de noticiabilidade, faz com que haja uma parcela de acontecimentos que não será de conhecimento público através dos meios de comunicação.

Pode-se dizer também que a noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. (WOLF, 2008, p. 196)

Pode-se entender que o espaço limitado nos veículos de imprensa também limita, de acordo com os critérios de relevância, a transformação de determinados acontecimentos em notícias, portanto, um maior espaço destinado a determinado acontecimento também pode ser um indicativo da importância e satisfação de um valor-notícia. Podemos, assim, verificar através de métodos quantitativos, se o jornalismo, ao dar ênfase a determinado acontecimento, o considera um evento de ordem relevante.

Para Lage (2001), a notícia é o “relato de uma transformação ou transporte ou mudança” (LAGE, 2001, p. 34). O entendimento do autor aponta que a notícia só é notícia porque ela tem relação com o passado, com a memória. Dessa maneira, ao pensarmos na perspectiva de Lage sobre os critérios de noticiabilidade, os valores-notícia de seleção têm relação direta com a dinâmica dos acontecimentos. O autor argumenta que “os seres do mundo se alteram dinamicamente” e o “dinamismo é o único fator que os torna digno [sic] de atenção” (LAGE, 2001, p. 34). A noção trazida por Lage (2001) pode dialogar com a ideia que Žižek (2017) traz sobre acontecimento. Os valores-notícia têm inscrição naquilo que, como acontecimento, irrompe com o curso natural das coisas e revela em si um resgate do passado ao mesmo tempo que aponta para o futuro.

Em síntese, podemos entender que, do ponto de vista da teoria construcionista, o primeiro passo do processo noticioso está na tomada de decisão acerca dos acontecimentos que serão noticiados e quais não serão. Essa decisão tem como base os critérios de noticiabilidade. A partir desses critérios, o jornalismo inicia o procedimento de verificação de

quais acontecimentos podem ser considerados relevantes para serem transformados em notícias. Esses valores “estão presentes não apenas na seleção das notícias, mas também permeiam os procedimentos posteriores” (WOLF, 2008, p. 202). A partir dessa noção, pode-se considerar que a relevância de determinado acontecimento também é capaz de ser analisada pelo espaço cedido na cobertura jornalística, tendo em vista a capacidade limitada de noticiar que os veículos de imprensa têm. No caso desta pesquisa, os atos do dia 8 de janeiro, em Brasília, são tratados como um acontecimento jornalístico, em função do espaço dado pelos meios de comunicação.

No próximo capítulo será apresentado com mais profundidade as noções de Análise do Discurso que servirão de base teórica para essa pesquisa.

## 2. NOÇÕES DISCURSIVAS

Este capítulo se destina a aprofundar algumas das noções de Análise de Discurso que servem de alicerce teórico para a presente pesquisa. Conectando assim a prática jornalística com a análise de discurso. Destina-se a demonstrar o entendimento de alguns pesquisadores sobre a noção de acontecimento e seus desdobramentos enquanto acontecimento histórico e jornalístico, além dos conceitos de nomeação e designação. A linha teórica adotada é a proposta por Michel Pêcheux, pioneiro da Análise Materialista de Discurso. Segundo Orlandi (2005, p. 10), essa abordagem “[...] teoriza como a linguagem é materializada na ideologia e como esta se manifesta na linguagem”, de forma a auxiliar na reflexão sobre o processo jornalístico pela perspectiva discursiva.

### 2.1. O acontecimento

Uma das noções mais importantes quando nos aprofundamos no debate jornalístico é a de acontecimento. É comum, fora do meio jornalístico, que se use o termo “fato”, para designar o que na verdade é um acontecimento, ou mesmo a expressão “retrato da realidade” para designar o trabalho do jornalista. Essa prática é reforçada pelo próprio jornalismo, que, segundo Traquina (2005), é resultado de “um acordo tácito entre os que escolhem esta profissão de jornalista e o leitor/ouvinte/telespectador” (TRAQUINA, 2005, p. 19-20) e esse pacto “torna possível dar credibilidade ao jornalismo” (TRAQUINA, 2005, p. 20). Por essa perspectiva, para manter a confiabilidade do público, o jornalismo realça a ideia defendida pela teoria do espelho, reforçando que “a notícia não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas” (TRAQUINA 2005, p. 20). Dessa forma, o jornalismo cria uma “barreira inviolável” entre a ficção e a realidade, por meio da qual o jornalismo se mantém do lado da realidade, sem avançar para o outro lado. Apesar da tentativa do jornalismo em defender essa perspectiva, “muitas vezes essa ‘realidade’ [...] aparece sempre em pedaços, em acontecimentos” (TRAQUINA, 2005, p. 20). Pelo ponto de vista da abordagem construcionista, essa seleção dos acontecimentos que fazem parte da notícia já é um processo de construção. A matéria jornalística seria fruto da construção que o jornalismo faz do acontecimento, que como diz Traquina aparece “recortado” nas notícias.

Como mencionado anteriormente, pela perspectiva construcionista há a compreensão

do jornalismo como uma construção, portanto, entendemos que o jornalismo se faz de critérios de seleção, de noticiabilidade, além de regras e códigos (muitas vezes implícitos) de conduta e escrita. Nessa abordagem entende-se que os critérios de noticiabilidade são o ponto de partida do processo jornalístico e, no entendimento de Wolf (2008), os valores-notícia são determinantes em todo o processo noticioso.

Ao pensarmos nos valores-notícia como algo que estrutura o jornalismo em torno do acontecimento, aproximamo-nos do conceito de acontecimento trazido por Žižek (2017), como uma estrutura circular. Ao fazer uma analogia com o amor, o autor afirma que “Ele é a manifestação de uma estrutura circular em que o efeito acontecimental determina retroativamente suas causas e razões”, ou seja, o acontecimento age de forma a revelar suas causas, fazendo com que a razão de acontecer seja reiterada pelo próprio acontecimento em si. Em outras palavras, ao analisarmos um acontecimento, de imediato, passamos a analisar suas causas, e a dimensão desse evento pode alterar a dimensão da sua própria causa. Para desenvolver melhor essa linha de pensamento, podemos refletir sobre o que é considerado um acontecimento de grande magnitude, como uma queda de avião, que compõe uma ocorrência muito noticiada no jornalismo, tendo em vista que se enquadra em valores-notícia como **morte, acidente, tragédia**.

É importante ressaltar que esse acontecimento também desperta um novo olhar à história e está relacionado com acontecimentos passados. Como argumenta Pêcheux, o acontecimento está “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2008, p. 17). À medida que novos desdobramentos vão surgindo, as causas ganham outro valor na história. O acontecimento jornalístico, como argumenta Antunes (2014, p. 160), “não surge de um nada histórico. Ele se inscreve sobre uma memória social, política e histórica, que é também determinante na sua própria compreensão e designação como acontecimento”. Essa memória no acontecimento jornalístico, remete àquilo que já foi dito, a um resgate histórico. Portanto, a partir da descrição de acontecimentos, as notícias “empreendem movimentos de resgate da memória” (SCHWAAB, 2014, p. 55). Essa memória é descrita como interdiscurso, ou seja, “aquilo que fala antes, em outro lugar” (ORLANDI, 2001, p. 31). Utilizando como exemplo uma designação que aparecerá na análise do *corpus*, a de “terrorista”, faz com que haja uma rememoração naquilo que já foi dito. No século XXI o termo “terrorista” tem uma marcação muito estreita com um acontecimento específico comumente referido como “11 de setembro”, portanto, inserido em uma formação discursiva,

o sujeito irá fazer o resgate da memória, que como já dissemos, funciona em forma de tecido e estará próxima da formação ideológica.

Ao utilizar uma analogia com a obra *Testemunha ocular do crime*, de Agatha Christie, Žižek trabalha como o evento central do livro o momento em que a personagem, Elspeth McGillicuddy, vê uma mulher sendo estrangulada no compartimento de outro trem.

Eis um acontecimento em seu estado mais puro e essencial: algo chocante, fora do normal, que parece acontecer subitamente e que interrompe o fluxo natural das coisas; algo que surge aparentemente a partir do nada, sem causas discerníveis, uma manifestação destituída de algo sólido como alicerce. (ŽIŽEK, 2017, p. 8).

Podemos pensar que a noção de acontecimento, nesse estado de pureza em que o aborda Žižek, sempre será um objeto de trabalho no jornalismo: o chocante e o inesperado (que muitas vezes, após ocorrer, revela-se não tão inesperado assim) são constantemente explorados como acontecimento jornalístico. Isso se dá pela relação dos critérios de noticiabilidade e dos valores-notícia com aquilo que irrompe com o “curso natural das coisas”. Como pensa Lage (2001), os acontecimentos são transformados em notícia a partir do momento no qual alteram a dinâmica histórica dos seres.

Portanto, é preciso levar em consideração o dinamismo histórico que o jornalismo busca, ou seja, o que chamamos de factual, de “quente”, aquilo que no exercício pleno da profissão, o jornalismo tem por objeto, o acontecimento mais atual. Reforça essa ideia a etimologia da palavra *news*, notícias em inglês, que advém da palavra *novus* do latim, que significa “o mais recente, o mais novo”, enfatizando a inserção do jornalismo no presente.

Pode-se pensar então, que o acontecimento jornalístico, aquele que inicia toda uma cadeia de ações que constitui o próprio jornalismo, é recente. Portanto, para analisarmos o discurso jornalístico, o colocamos como algo que se conecta com o factual. Pela abordagem da AD, Rosa (2021) entende que “os estudos do discurso, notadamente a partir do viés foucaultiano, costumam ser pensados como um ‘diagnóstico do presente’” (ROSA, 2021, p. 418). O jornalismo tem como objeto os acontecimentos que estão inseridos no “presente”, inscrevendo-os na história. Dessa forma, “analisar discursos consiste em desnaturalizar e desabituar nosso olhar daquilo que, de tão próximo e imediato, parece-nos estável, sem falhas. (ROSA, 2021, p. 418). É de interesse do jornalismo transformar em notícia, o acontecimento no estado mais puro descrito por Žižek. Aquele evento que altera o “fluxo natural das coisas”, que num primeiro momento, parece constante e consistente, algo controlado que,

inesperadamente, torna-se variável e oscilante.

A partir de duas perspectivas, Antunes (2014) corrobora com essa visão de acontecimento “de um ponto de vista fenomenológico, um acontecimento implica um quadro de ruptura em certa ordem de coisas” (ANTUNES, 2014, p. 160). O autor também argumenta que “do ponto de vista biográfico ou histórico, um acontecimento pode implicar uma quebra de expectativas, uma abertura para possibilidades não previstas” (ANTUNES, 2014, p. 160). Essa abertura para as possibilidades se traduz na matéria jornalística com o “enredamento de causas, propósitos, motivos, agentes” (ANTUNES, 2014, p. 160). Portanto, acontecimento é transformado em acontecimento jornalístico, e é posto “em um quadro contextual, em um mundo significado” (ANTUNES, 2014, p. 160).

Lage (2014) corrobora com a perspectiva construcionista e afirma que “o acontecimento jornalístico nasce no interior de um jogo de interações entre o que ocorre, o que é configurado pelo jornalismo na forma de notícias, reportagens e outras modalidades narrativas, e o que é interpretado pelos sujeitos” (LAGE, 2014, p. 79). O jornalismo escolhe determinado acontecimento, construindo-o como notícia, porque “o acontecimento pressupõe sobretudo uma marcação no curso de nossa experiência” (LAGE, 2014, p. 80) e esse processo é marcado pelo agrupamento de diversos elementos que irão situar esse acontecimento como matéria noticiosa, e não apenas como evento aleatório. Dessa forma, o jornalismo articula uma série de acontecimentos para poder construir a narrativa jornalística, que está no presente.

O acontecimento funciona, pois, como uma referência inicial que demanda a construção de uma interpretação, sua transformação em fatos, em “acontecimentos jornalísticos”. Torna-se acontecimento jornalístico ou fato a partir de um olhar que busca estabelecer o contexto da sua emergência, explicar-lhe o sentido. (ANTUNES, 2014, p. 161).

Segundo o autor, o jornalismo transforma o acontecimento em “acontecimento jornalístico”, a partir do momento em que se busca estabelecer contexto ao evento, inserindo-o em um plano sobre o qual o jornalismo irá trabalhar a interpretação do ocorrido, com a finalidade de atribuir sentido ao produto final, que são as notícias.

Um ponto a ser considerado nas pesquisas em Comunicação, está na forma como o tempo é marcado pelo jornalismo, no sentido de noticiar, no presente, o que aconteceu. “Quando dizemos que algo aconteceu (virou manchete?), o fato temporalmente marcado na narrativa jornalística parece ter um tempo evidente, que é o da emergência do acontecimento”



(ANTUNES, 2014, p. 161). Em relação a essa emergência, podemos pensar que isso se deve à busca pelo mais recente, ao imediatismo, e é possível ver essa busca nas coberturas jornalísticas de acontecimentos de grandes proporções.

Retornando ao exemplo anterior, uma queda de avião: para que se coloque o acontecimento dentro de um plano contextual que possa ser interpretado, o jornalismo constrói a notícia com outros acontecimentos anteriores, embora seja tratado como recente. À medida que novas informações são descobertas, esses novos desdobramentos desencadeiam uma série de repercussões sobre o acontecimento principal, a queda do avião, que são retratadas como factuais, mesmo que estejam no passado.

Vimos que o acontecimento torna-se jornalístico através dos critérios de noticiabilidade e valores-notícia, portanto, o jornalismo faz o processo de construção da notícia, estabelecendo um contexto histórico para aquilo que à primeira vista parece “flutuando” no espaço temporal, ao realizar essa constituição dos fatos, o jornalismo os define enquanto acontecimento jornalístico.

Seguindo o aprofundamento das noções que serão alicerce da presente pesquisa, na próxima seção abordaremos as questões do discurso e suas condições de produção.

## **2.2. Discurso e formações discursivas**

Para os pesquisadores em Comunicação (mas também do âmbito das ciências sociais), o discurso é um objeto de investigação frequente. No entanto, como afirma Fernandes, o discurso “não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos lingüísticos para ter uma existência material” (FERNANDES, 2013, p. 12). Por essa perspectiva, pode-se pensar no jornalismo como uma atividade humana, na qual o funcionamento da língua é constante, portanto, através da análise de discurso, é possível fazer observações pertinentes ao campo de estudos em Comunicação.

O termo “discurso” é comumente empregado na língua portuguesa para descrever uma fala de um homenageado, um pronunciamento político, uma construção textual que faça o uso da retórica. A ideia de que discurso trata-se da mensagem oral proferida em público, está atrelada ao senso comum, no entanto, para a AD, o discurso é o resultado da materialização da ideologia do sujeito por meio da linguagem.

Nos estudos do discurso, a noção, enquanto parte de uma linha teórico-científica,

assume outro sentido, se voltarmos à raiz, “[...] discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (ORLANDI, 2007a, p. 15). A ideia de curso refere-se aos estudos da AD serem encarados como um diagnóstico do presente, portanto, na atualidade dos acontecimentos, a AD torna objeto de estudo a dinâmica da linguagem. Dessa forma, podemos entender que discurso é a materialização dos atravessamentos ideológicos nos sujeitos, que se dá através da prática da linguagem. Se o discurso é essa prática, a análise de discurso irá tratar da investigação do processo de construção desse discurso e também do processo de significação. Em outras palavras, discurso não versa sobre o texto (que pode ser escrito e/ou oralizado) em si, mas sim sobre os sentidos produzidos.

O discurso se trata da produção de efeitos de sentido a partir do texto. Dessa forma é inevitável que essa produção se dê por um processo de resgate histórico de significação, portanto, o discurso “implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística” (FERNANDES, 2013, p. 12). Tendo isso em vista, a análise “pressupõe considerar todos os aspectos envolvidos neste sistema, nesta processualidade própria do fazer jornalístico, sendo que estes aspectos não estão do lado de fora do texto, mas inseridos nele” (SCHWAAB, 2007, p. 15).

A noção de discurso, a partir da perspectiva de Orlandi (2007a), é um alicerce teórico desta pesquisa. Sua obra explora as bases teóricas dos estudos de análise de discurso, sondam a relação entre sujeito-discurso-ideologia e como se dá a produção de sentidos através da linguagem. Para a autora,

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem codificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Desse modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele. (ORLANDI, 2007a, p. 30).

A autora traz pontos relevantes para os pesquisadores da análise de discurso. O primeiro é que o discurso não trata do tangível da fala, do que é facilmente perceptível, por isso a importância da diferenciação da palavra “discurso” no senso comum e do conceito de “discurso” no âmbito acadêmico. O segundo está na investigação da forma como algo é dito,

visto que uma coisa pode ser dita das mais variadas formas e provoca sentidos diferentes. A terceira, o que não é dito.

Como abordado no capítulo anterior, o processo jornalístico é feito de decisões, e essas escolhas estão relacionadas com a ideia do jornalismo como construção, que recorta o acontecimento histórico e o transforma em acontecimento jornalístico. O acontecimento discursivo estará situado na colisão entre a memória e a atualidade, resultando num processo de ressignificação. Em vista disso, a fim de determinar um acontecimento como discursivo se faz necessário uma análise para que seja avalizado se há a ocorrência do processo de ressignificação.

Trazendo ponderações acerca da análise de discurso, principalmente no que diz respeito ao discurso e à ideologia, Fernandes (2013) reflete sobre o emprego dos termos “invasão” e “ocupação” para abordar um acontecimento, uma ação dos movimentos dos trabalhadores rurais Sem-Terra, funcionamento que se dá no jornalismo, que é um discurso sobre um outro discurso. Ao aproximarmos do discurso dos envolvidos nessa situação, percebe-se que “no discurso dos *sem-terra*, a tomada da terra é designada de *ocupação*, enquanto no discurso dos proprietários rurais, a prática dos sem-terra é designada por *invasão*.” (INDURSKY, 2002, p. 125, grifo da autora). Esses dois sentidos produzidos são opostas entre si e essa disparidade se deve à inscrição dos sujeitos em formações discursivas antagônicas.

Portanto, cada expressão pode provocar diferentes sentidos, que variam com diversos fatores, incluindo a ideologia, que para a AD, “é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2007a, p. 46). Podemos pensar a ideologia como um conjunto de ideias, que fazem parte de uma formação ideológica, mudando a forma de percepção e produção de sentidos pelos sujeitos.

Nesse sentido, a análise de discurso não se detém apenas no aspecto lexical do que será estudado, pois para além do significado, os sentidos são vinculados às condições de produção, uma composição dos fatores sociais, políticos e humanos.

Como o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista/estudioso necessita romper as estruturas lingüísticas para chegar a ele. É preciso sair do especificamente lingüístico, dirigir-se a outros espaços, para procurar descobrir, descortinar, o que está entre a língua e a fala, fora delas, ou seja, para compreender de que se constitui essa exterioridade a que se denomina discurso, objeto a ser focalizado para análise (FERNANDES, 2013, p. 15-16).

O que o autor pondera está intimamente ligado às condições de produção do discurso, reiterando que o discurso não se trata apenas da língua ao colocar o objeto de estudo no exterioridade, uma vez que “se instaura um campo de conflitos no qual diferenças sociais coexistem” (FERNANDES, 2013, p. 15-16), portanto, essas diferenças geram conflitos, embates sociais que refletem no linguístico. Dessa forma, “o que marca as diferentes posições dos sujeitos, dos grupos sociais que ocupam territórios antagônicos, caracterizando tais embates, é a ideologia, é a inscrição ideológica dos sujeitos em cena” (FERNANDES, 2013, p. 15-16). Sendo assim, podemos pensar que o sujeito é atravessado ideologicamente, e a ideologia, por sua vez, tem a existência condicionada pelos sujeitos. À vista disso, pode-se considerar que o sujeito não é a fonte do discurso, já que o discurso pode ser encarado como a materialização da inscrição ideológica nos sujeitos. Dessa maneira, a ideologia é “imprescindível para a noção de discurso, não apenas imprescindível, é inerente ao discurso” (FERNANDES, 2013, p. 15-16).

Dentre as formas de materialização das formações ideológicas dos sujeitos está o conceito de designação, que será tratado na próxima seção.

### **2.3. Nomeação e designação**

Para a presente pesquisa, se faz necessário o entendimento das noções de designação e nomeação, conceitos importantes para a análise do *corpus* que estão intimamente ligados à produção de sentidos através da linguagem.

É importante frisar que apesar de, num primeiro momento, parecerem semelhantes, nomeação e designação são conceitos diferentes. “A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. Por exemplo, se numa situação dada e adequada o dono de um barco escreve sobre ele o nome *Brisa*, ele lhe está dando este nome, está nomeando o barco” (GUIMARÃES, 2003, p. 54). Portanto, o conceito de nomeação trata-se do ato de nomear algo e conferir, assim, sua existência.

O conceito de designação pode ser considerado um aprofundamento da nomeação, de forma a explorar a produção de sentidos que a nomeação causa.

A designação é o que considero a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real. Por isso um nome não é uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. (GUIMARÃES, 2003, p.

54).

A noção de designação, formulada por Eduardo Guimarães, é definida como o conjunto de sentidos que, através da nomeação, se atribui a algo, essa atribuição tem alicerce na história e na linguagem.

As designações têm, em geral, um papel muito importante que não se reduz ao papel de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo ao de servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte. (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Através dos sentidos provocados pela nomeação se enquadra a designação, ao mesmo tempo que nomeamos algo, designamos o conjunto de sentidos que o termo utilizado desencadeará. “Dar nome a algo [...] é dar-lhe existência histórica” (GUIMARÃES, 2003, p. 54). A proximidade entre esses dois conceitos ajuda a entender a construção jornalística, em que a nomeação e a designação caminham juntas, a primeira, como o fenômeno de dar existência; a segunda, desencadeando o processo de produção de sentidos. Esses elementos são cruciais para o entendimento do jornalismo como construtor da realidade.

Em síntese, a nomeação pode ser definida como a atribuição do nome, o uso de um termo, como o uso da palavra “professor”, para descrever um sujeito. Um professor pode ser a descrição da ocupação profissional dessa pessoa, no entanto, o termo “professor” implica em variados sentidos, pode-se entender como “aquele que ensina algo a alguém”. Dessa forma, o termo pode definir não somente uma profissão, mas possibilitar outros sentidos em torno desse sujeito. Uma pessoa pode ser professor, mesmo não exercendo um cargo de professor.

Já a designação está mais associada com a constituição da produção de sentidos em torno de algo. O emprego do vocábulo “professor” está designando mais do que apenas o ofício, exprimindo sentidos além do significado da palavra.

Um exemplo muito utilizado para explicar esses conceitos é do funcionamento da designação em relação às atividades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Indursky (2002) trabalha com as nomeações “ocupação” e “invasão” que funcionam para designar ações do MST, a primeira remetendo a uma atividade pacífica, e a segunda como uma violação.

Também podemos observar em relação à cobertura jornalística de atos de rua. Na nomeação desses atos há, por exemplo, o emprego das palavras “movimento”, “marcha” e

“protesto”. Esses diferentes termos implicam em diferentes designações. Por uma perspectiva semântica, poderíamos entender todos eles como “manifestações”, mas cada termo designa um resgate histórico diferente, no entendimento de que o termo “movimento” pode designar uma mobilização de pessoas em prol de algo em específico, uma corrente de pensamento, como, por exemplo, movimento LGBT, movimento feminista, movimento estudantil, movimento operário. Já o termo “marcha” também dá a ideia de deslocamento e de clamor, como, por exemplo, Marcha para Jesus. No entanto, o termo “protesto” pode ser encarado como o que implica mais veementemente a ideia de queixa, de insatisfação, de discordância, de ser uma ação contra algo ou alguém.

No jornalismo, também é comum o emprego do termo “manifestação”, que transmite uma ideia de expressão, de exteriorização do pensamento, nesse caso, dos envolvidos nesse ato. Pode-se considerar que há a possibilidade de um movimento, uma marcha ou um protesto serem, todos eles, manifestações. Dessa forma, a palavra “manifestação” é muito utilizada pelos meios jornalísticos para se referir a atos públicos que poderiam ser encarados também como movimentos, marchas e protestos.

Da mesma forma que há a escolha de determinado termo para designar o ato, conseqüentemente há a escolha de outros para designar quem pratica a ação. Desse modo, o jornalismo frequentemente utiliza o termo “manifestantes” pelo motivo supracitado, ou seja, abranger um grande leque de sentidos, a fim de evitar fazer juízo de valor sobre os indivíduos que executam a ação. No entanto, frequentemente outras expressões são utilizadas para nomear esses sujeitos e, por consequência, designá-los. Podemos tomar como exemplo o emprego de termos como “participantes” ou “militantes” na nomeação daqueles sujeitos que executam a ação. O primeiro, indica a ideia de atuação e de colaboração; por outro lado, “militantes” designa aqueles que pertencem a um grupo específico, geralmente político.

Por meio desses conceitos, podemos nos aprofundar no processo de construção da matéria jornalística e conseqüentemente, da realidade, em que o jornalismo tem diversas possibilidades de escolha através da nomeação. Pensemos nos termos “suspeito” e “criminoso”, frequentemente empregados no jornalismo que faz cobertura de acontecimentos relacionados à atuação da polícia. Por vezes, esses termos são utilizados para designar o mesmo sujeito, mas seus efeitos de sentido não são os mesmos. Enquanto “suspeito” designa alguém que é possivelmente culpado de algo, a dúvida ainda existe e sua inocência ou sua culpabilidade é discutível. Por outro lado, o termo “criminoso” atribui culpa e não deixa

brecha para inocência, torna-se assim parte do discurso jornalístico imputado de juízo de valor.

Em relação ao funcionamento de expressões habituais no jornalismo também podemos verificar designações como “violência policial”. Nessa expressão, o termo “policial” designa a causa da violência e provoca uma série de sentidos: quando inserimos essa expressão na matéria jornalística, a violência é designada à polícia. Porém, há outra expressão, de construção semelhante, utilizada no meio jornalístico, “violência racial”. Vejamos: se a anterior designa a causa; esta última, a motivação. Podemos pensar ainda, algumas expressões alternativas, tais como: “violência contra a raça”, “violência baseada na raça” ou simplesmente “racismo”. Apesar disso, há outras expressões como “violência doméstica”, utilizada para designar a violência que ocorre no ambiente doméstico, “violência moral”, que não designa nem a causa ou a motivação e sim a natureza, a categoria.

A partir das noções de designação e nomeação podemos refletir acerca dos atravessamentos e relações de poder, que fazem com que algo seja nomeado de uma forma e ou outra. Já em relação ao *corpus* do presente trabalho, no emprego de determinados termos para nomear o acontecimento e as pessoas envolvidas, e por consequência sua designação.

No próximo capítulo abordaremos o método de coleta do arquivo deste estudo e em seguida, os critérios de delimitação do corpus.

### 3. PERCURSO PARA CONSTITUIÇÃO DO CORPUS

A proposta desta pesquisa é explorar, através da análise de discurso, a cobertura jornalística dos atos de 8 de janeiro de 2023 em Brasília, pelo portal de notícias G1, do Grupo Globo, e pelo portal jornal Folha de S. Paulo.. O critério para esse recorte foi o ranking de audiência da Comscore, que aponta que o portal do jornal Folha de S. Paulo e o G1 são líderes de audiência em sites de notícia multiplataforma (computadores e dispositivos móveis) no Brasil.

O arquivo do estudo foi constituído através da busca avançada do Google, com a inserção do termo “Brasília”. Esse termo foi escolhido devido à dificuldade de encontrar uma expressão que delimitasse um evento que, apesar de ser referido nesta pesquisa como “atos de 8 de janeiro em Brasília”, não tem nome. Por esse motivo, esse termo foi escolhido devido à constante presença da referência ao lugar, nesse caso, a cidade de Brasília.

Além disso, foram incluídas restrições de busca: restrição de sites (“<https://g1.globo.com>” e “<https://www1.folha.uol.com.br>”), restrição cronológica (publicações situadas entre os dias 8 e 9 de janeiro de 2023) e restrição de duplicações fornecida pelo Google, que oculta resultados que possam ser idênticos.

Através dessas delimitações, o retorno da busca está representado no quadro abaixo:

VEÍCULO DE IMPRENSA	08/01/2023	09/01/2023	TOTAL DE NOTÍCIAS
Portal G1	103	187	300
Portal Folha de S. Paulo	59	60	119

O critério para delimitação do *corpus* foi a seleção de manchetes e linhas de apoio que fazem referência ao lugar (Brasília) e às pessoas (participantes do ato). A partir disso, foram escolhidas duas notícias de cada dia e de cada portal, G1 e Folha de S. Paulo, totalizando 8 notícias.

Aproximamos então as noções de constituição, formulação e circulação pela perspectiva discursiva:

A primeira é entendida como um atrelamento à historicidade, que por sua vez, está inserida em formações discursivas. Como formula Orlandi (2007b): “Pela análise da



historicidade do texto, isto é, do seu modo de produzir sentido, podemos falar que um texto pode ser – e na maioria das vezes o é efetivamente – atravessado por várias formações discursivas.” ORLANDI (2007b). A “malha” da memória e a ideologia dessas formações atuam no processo de constituição. A segunda pode ser observada por meio da análise de textos, explorando as designações. Já a terceira pode ser pensada pela difusão do discurso pelos meios de comunicação.

A escolha pelas manchetes e linhas de apoio se deu porque os dois elementos são os primeiros (e, muitas vezes, os únicos) a serem visualizados pelos leitores dos portais. É importante frisar que o portal da Folha de S. Paulo possui *paywall*, ou seja, exige assinatura para acessar o conteúdo, o que pode conter a leitura do público geral de todo o corpo de texto das notícias, limitando-se apenas aos primeiros elementos da matéria jornalística. O portal G1 não possui *paywall*.

O próximo capítulo desenvolve-se sobre a cobertura jornalística sob a ótica da AD, tratando das condições de produção do discurso e da análise das sequências discursivas recortadas.

#### 4. PERSPECTIVAS DISCURSIVAS NA COBERTURA JORNALÍSTICA

Esta seção trata da análise do recorte de notícias que compõem o *corpus* desta pesquisa, mais especificamente das manchetes e linhas de apoio, sob a ótica da Análise Materialista do Discurso (AD). Os conceitos teóricos já trabalhados nos capítulos precedentes são base desta análise, que visa a investigar como os Atos de 8 de janeiro em Brasília foram construídos para tornarem-se um acontecimento jornalístico e, possivelmente, discursivo, além de estudar, através da AD, como foi construída a imagem daqueles indivíduos que participaram do evento a ser explorado.

Primeiramente, devemos ressaltar uma importante particularidade desse acontecimento histórico, que é de não possuir um nome específico, o que fez com que ficasse a cargo dos próprios veículos de imprensa a função de nomear esse evento. Para facilitar a compreensão do leitor no capítulo de análise, optamos por nomeá-lo “Atos em Brasília”, e aqueles que participaram dos atos chamamos de “Envolvidos nos Atos”. Ao fazer uma análise desses termos, podemos simplesmente pensar que alguém fez algo na capital nacional, não apontando para o quê, sem juízo de valor, porém sinalizando que pessoas executaram essas ações, o que, de certa forma, torna-as responsáveis pelas suas consequências. Este é um ponto crucial na jornada de análise do *corpus*: como os veículos selecionados nomearam e designaram os envolvidos, visto que quem participa tem responsabilidade nos efeitos causados pelas ações?

##### 4.1. Condições de produção do discurso

Antes de nos aprofundarmos na análise do *corpus*, é importante destacar algumas das condições de produção do discurso relacionadas à memória. Como define Orlandi (2007a), essas condições compreendem os sujeitos e a situação, portanto, podemos considerar “as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2007a, p. 30). Podemos entender, então, que o contexto imediato está mais alinhado com o momentâneo, atual. Portanto, o objeto de análise da presente pesquisa, os Atos em Brasília, também representam condições de produção imediatas. Na medida em que o evento é apresentado para os sujeitos, ocorre um processo de produção de sentidos ligado à memória, conectado ao contexto

sócio-histórico e ideológico. O processo de resgate histórico não é encarado de forma individual, mas sim como se fosse um tecido, uma malha atravessada por uma memória coletiva. Quando essa memória é pensada em relação ao discurso, a tratamos como interdiscurso, que, no acontecimento em análise nesta pesquisa, é atravessado pelo contexto sócio-histórico que o Brasil passou anteriormente aos atos.

Partimos das Jornadas de Junho, nome dado a uma série de protestos ocorridos no país em 2013, que tiveram início com a mobilização de estudantes ligados ao Movimento Passe Livre, que reivindicava a revogação do aumento no preço das passagens de ônibus na cidade de São Paulo. Após forte repressão das forças de segurança, novas mobilizações foram convocadas em mais de 500 cidades, agregando ainda mais pautas, como a violência policial, a destinação de verbas provenientes de *royalties* de petróleo para a saúde e a educação, críticas ao poder dos grandes grupos de comunicação e ao financiamento de obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, além de pautas pleiteadas por sindicatos de trabalhadores que haviam convocado greves gerais. Os movimentos ficaram marcados pelos protestos de massa, em que um grande grupo de pessoas se reúne para demandar algo, e também pelo Black Bloc, uma tática anarquista de protesto que consiste na destruição daquilo que se entende como símbolo capitalista, a exemplo das propriedades de bancos, corporações, empresas privadas, assim como dos governos.

Podemos considerar que essas mobilizações foram resultado de um processo de corrosão da relação entre o governo e a sociedade<sup>4</sup>, iniciando um período histórico marcado pela turbulência política nas instituições governamentais, com os protestos contra a realização da Copa do Mundo FIFA de 2014<sup>5</sup>, contra o governo de Dilma Rousseff em 2015 a 2016<sup>6</sup>,

---

<sup>4</sup> Disponível em:

<https://jornal.unesp.br/2023/06/29/jornadas-de-junho-de-2013-foram-eclosao-de-processo-de-distanciamento-entre-sociedade-e-instituicoes-iniciado-ha-decadas-avalia-docente-da-unesp/> Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>5</sup> Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/el-pais/2014/05/17/os-protestos-contr-a-copa-se-espalham-por-todo-o-brasil.htm> Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>6</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/manifestantes-protestam-contr-dilma-em-estados-no-df-e-no-externo.html> Acesso em: 15 set. 2023.

manifestações estudantis em 2016<sup>7</sup>, greves gerais de 2017<sup>8</sup> e 2019<sup>9</sup>, greve dos caminhoneiros em 2018<sup>10</sup>, o chamado Tsunami da Educação em 2019<sup>11</sup> e os protestos contra o governo de Jair Bolsonaro ao longo de 2021<sup>12</sup>.

As manifestações culminaram em diversas repercussões, dentre elas a revogação de medidas por parte do governo e recuos em Projetos de Lei propostos pelo poder legislativo. Pode-se dizer que o principal desfecho desses atos está no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Esse período também é notável pela polarização política entre os grupos que apoiam o Partido dos Trabalhadores (PT) e aqueles que apoiam as frentes de direita, encabeçadas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), junto ao Movimento Brasil Livre (MBL), Movimento Endireita Brasil, Movimento NasRuas, entre outros, e posteriormente por Jair Bolsonaro. A tensão aumentou à medida que lideranças políticas colocaram em xeque a lisura das urnas eletrônicas, primeiramente do PSDB, logo após as eleições de 2014<sup>13</sup>, e de Jair Bolsonaro, enquanto exercia seu mandato como presidente<sup>14</sup>. A urna eletrônica é considerada, por muitos, um símbolo da fase democrática representativa que o Brasil alcançou após um longo período de governo totalitário, em que não havia a possibilidade da escolha, mas também da democracia em si, validada através do sufrágio.

Desde 2013, foram realizadas três eleições gerais, em 2014, 2018 e 2022, para a composição das assembleias estaduais, do congresso nacional, do executivo estadual e federal. Na eleição de 2014, a candidatura do governo Dilma ocorreu em coligação com nove

---

<sup>7</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/pelo-menos-21-estados-tem-escolas-e-institutos-ocupados-por-estudantes.ghtml> Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/greve-geral-e-protestos-pelo-pais-acompanhe-ao-vivo/> Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>9</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/14/cidades-brasileiras-tem-paralisacoes-em-servicos-publicos-nest-a-sexta-feira.ghtml> Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44239437> Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>11</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/cidades-brasileiras-tem-atos-contra-bloqueios-na-educacao.ghtml> Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>12</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/07/24/manifestantes-protestam-contra-bolsonaro-e-a-favor-da-vacinacao-contra-covid-19-em-brasilia.ghtml> Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>13</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/auditoria-do-psdb-nao-encontra-fraudes-no-2-turno-das-eleicoes-2014.html> Acesso em: 15 set. 2023.

<sup>14</sup> Disponível em:

<https://www.poder360.com.br/governo/sem-provas-bolsonaro-fala-sobre-fraude-nas-urnas-especialistas-analisam/> Acesso em: 15 set. 2023.

partidos políticos, dentre eles, o Partido Liberal (PL), o PRB (atual Republicanos) e o PP (atual Progressistas) que, em 2022, foram os três integrantes da coligação que representava o candidato Jair Bolsonaro. A situação enfrentou oposição de outras 10 chapas, mas principalmente de Aécio Neves e Marina Silva (que se tornou candidata à presidência após a morte do colega de chapa, Eduardo Campos, em acidente aéreo), que juntas somaram 54,87% dos votos válidos do primeiro turno. Dilma e Aécio avançaram para o segundo turno, e Marina Silva definiu neutralidade na disputa. O pleito se tornou, até aquele momento, a eleição mais disputada desde a redemocratização, com 51,64% dos votos válidos para Dilma e 48,36% para Aécio. Dois anos depois, o Congresso Nacional aprovaria o *impeachment* da presidenta Dilma, por supostos crimes de responsabilidade orçamentária, o que fez com que seu vice, Michel Temer, assumisse a presidência do país.

O período anterior às eleições gerais de 2018 foi marcado pela prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, na época ex-presidente da república, pré-candidato pelo PT e apontado por pesquisas eleitorais como líder na intenção de votos<sup>15</sup>. Lula foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro a nove anos e meio de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro<sup>16</sup>.

Com a impossibilidade de Lula disputar a presidência, houve uma virada no cenário eleitoral, em que o candidato de esquerda, Fernando Haddad, vice na chapa de Lula, não manteve a mesma intenção de votos e acabou sendo rebaixado ao segundo lugar, enquanto Jair Messias Bolsonaro, candidato de extrema-direita (na época do Partido Social Liberal, que mais tarde se fundiu com o Democratas e tornou-se o União Brasil), era apontado como favorito no pleito<sup>17</sup>.

Antes da corrida eleitoral, Bolsonaro foi vereador pela cidade do Rio de Janeiro de 1989 a 1991 e deputado federal pelo Estado do Rio de Janeiro por 7 mandatos consecutivos, de 1991 a 2018. Durante o período que esteve ocupando o cargo, ganhou notoriedade pelas falas que exaltaram o Golpe de 1964 e acenos à Ditadura Militar<sup>18</sup>. Dentre as 172 propostas que apresentou na Câmara, apenas dois projetos de lei foram aprovados, um para isenção do

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/08/22/pesquisa-datafolha-lula-39-bolsonaro-19-marina-8-alckmin-6-ciro-5.ghtml> Acesso em 01: out. 2023.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40488914> Acesso em: 01 out. 2023.

<sup>17</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/04/pesquisa-datafolha-para-presidente-bolsonaro-35-haddad-22-ciro-11-alckmin-8-marina-4.ghtml> Acesso em: 01 out. 2023.

<sup>18</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/oito-vezes-em-que-bolsonaro-defendeu-golpe-de-64-24949762> Acesso em: 28 set. 2023.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em bens de informática e outro para o uso da Fosfoetanolamina no tratamento de câncer, medicamento cujo efeito carece de comprovação científica. Além disso, foi aprovado um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) de sua autoria para inclusão de voto impresso em conjunto com o voto eletrônico<sup>19</sup>, medida derrubada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018. Como deputado, participou da votação do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, declarando-se favorável ao afastamento da presidente em exercício. Durante o seu pronunciamento, Bolsonaro dedicou seu voto ao coronel Ustra<sup>20</sup>, o primeiro militar a ser reconhecido pela Justiça como torturador durante a ditadura<sup>21</sup>. É importante ressaltar, antes que se chegue à análise do *corpus*, que diversos setores da sociedade civil, além dos dois veículos selecionados para esta pesquisa, classificaram os Atos em Brasília como antidemocráticos e a favor de um golpe de Estado.

Enquanto parlamentar, Jair Bolsonaro também encabeçou a ascensão dos seus filhos em cargos políticos: Flávio como senador pelo Estado do Rio de Janeiro, Eduardo como deputado pelo Estado de São Paulo e Carlos como vereador do Rio de Janeiro. Ao longo de suas trajetórias na política, foram proferidas diversas insinuações de rompimento com o estado democrático de direito e de exaltação da ditadura militar<sup>22</sup>, inclusive durante a corrida presidencial de 2018. Durante o período em que Bolsonaro ascendeu politicamente, convencionou-se nomear seus apoiadores como “bolsonaristas”, e o conjunto de ideias representadas por ele de “bolsonarismo”. Portanto, ao longo da década de 2010, o termo “bolsonaristas” foi empregado para designar os sujeitos que estão em alinhamento ideológico com Bolsonaro. Para melhor entendimento antecipamos que na análise da presente pesquisa, “bolsonaristas” foi um dos termos que designaram os envolvidos nos Atos de Brasília.

Deve-se ressaltar a particularidade do funcionamento da nomeação “bolsonarismo”. Tendo em vista o cenário político brasileiro, convencionou-se nomear alguém de “esquerda” ou de “direita”, para referir-se a determinados grupos políticos, tais como os “petistas”, em

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1643018-camara-aprova-amarra-ao-tse-e-exigencia-de-impressao-do-voto.shtml> Acesso em: 28 set. 2023.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/viva-maria/edicao/2016-04/bolsonaro-dedicou-seu-voto-favor-do-impeachment-ao-torturador-ustra> Acesso em: 01 out. 2023.

<sup>21</sup> Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/2016/04/saiba-quem-e-o-coronel-ustra-homenageado-pelo-deputado-jair-bolsonaro-em-votacao-do> Acesso em: 01 out. 2023.

<sup>22</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/doze-vezes-em-que-bolsonaro-e-seus-filhos-exaltaram-e-acenaram-a-ditadura> Acesso em: 28 set. 2023.

referência aos apoiadores do Partido dos Trabalhadores, os “tucanos” para aqueles alinhados com o Partido da Social Democracia Brasileira, entre outros. Isso vai de encontro com o “bolsonarismo”, que está alinhado com a figura de uma personalidade, Jair Bolsonaro, não um partido nem um grupo político.

No dia 6 de setembro de 2018, durante um ato de campanha na cidade mineira de Juiz de Fora, Bolsonaro sofreu um atentado. O presidenciável estava no meio de uma multidão quando um homem, chamado Adélio Bispo, aproximou-se para tirar uma foto e desferiu-lhe um golpe de faca no abdômen. Investigações posteriores da Polícia Federal indicaram que Adélio agiu sozinho. Os outros candidatos à presidência condenaram o ato, mas, apesar disso, a polarização política foi acentuada com a difusão de desinformações em relação ao envolvimento de grupos políticos no atentado. Após o episódio, o candidato não participou de nenhum dos cinco debates presidenciais programados pelos veículos de imprensa. Como indicado nas pesquisas eleitorais, Jair Bolsonaro venceu a eleição de 2018 em segundo turno, tornando-se o 38º presidente do Brasil.

No primeiro ano de Governo Bolsonaro, o presidente realizou um pedido para que o Ministério da Defesa organizasse celebrações alusivas ao Golpe de 31 de março de 1964, que instaurou a ditadura militar no país<sup>23</sup>, e voltou a exaltar o coronel Ustra<sup>24</sup>. Sérgio Moro, juiz que condenou o principal adversário político de Bolsonaro, o ex-presidente Lula, fez parte da composição do governo como Ministro da Justiça. Ainda em 2019, Lula foi solto após 580 dias preso<sup>25</sup>, por decisão do STF, que invalidou prisões em segunda instância. Quase dois anos depois, o STF também declarou a suspeição do ex-juiz Moro contra Lula<sup>26</sup>, quando há parcialidade no julgamento de casos.

---

<sup>23</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/25/bolsonaro-determinou-que-defesa-faca-as-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-64-diz-porta-voz.ghtml> Acesso em: 28 set. 2023.

<sup>24</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/08/bolsonaro-chama-coronel-ustra-de-heroi-nacional.ghtml> Acesso em: 28 set. 2023.

<sup>25</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/ex-presidente-lula-e-solto-apos-580-dias-presos-na-policia-federal-em-curitiba.shtml> Acesso em: 02 out. 2023.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/justica/stf-julgamento-hc-suspeicao-moro-lula/> Acesso em: 02 out. 2023.

No início de 2020, foram organizados, por apoiadores do governo, atos contra o Congresso Nacional e o STF<sup>27</sup>, incentivados por Bolsonaro<sup>28</sup>. No entanto, os movimentos foram enfraquecidos com o agravamento da crise sanitária do Covid-19 no Brasil. Durante a pandemia do coronavírus, o governo Bolsonaro adotou uma postura negacionista, anti-vacina e conflitante com a ciência<sup>29</sup>. Também espalhou desinformação sobre o uso de máscaras e incentivou aglomerações de pessoas<sup>30</sup>, o que vai contra as recomendações de infectologistas.

Em 18 de julho de 2022, ano de eleições e o último do mandato de Bolsonaro, o então presidente convocou uma reunião com embaixadores estrangeiros no Palácio do Planalto em Brasília<sup>31</sup>. No encontro, Jair Bolsonaro fez uma série de acusações, sem provas, de um suposto ataque hacker ao Tribunal Superior Eleitoral em 2018, ano em que foi eleito, o que teria permitido aos invasores fraudar as urnas. No entanto, desde a implantação da urna eletrônica, nunca foi registrado nenhum tipo de violação à integridade dos dados. Por conta dessa reunião, no dia 30 de junho de 2023, em decisão do TSE, Bolsonaro foi declarado inelegível por oito anos pela prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação.

Durante a corrida eleitoral, nas celebrações da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro, Bolsonaro repetiu exaltações ao golpe militar de 1964 e ruptura com o Estado Democrático de Direito<sup>32</sup>. Apesar de as pesquisas eleitorais indicarem uma possível vitória de Lula no primeiro turno, o candidato teve uma margem apertada contra Bolsonaro, que foi ao segundo turno contra o petista. Com o afunilamento dos dois candidatos na corrida pela presidência, alguns partidos políticos declararam endosso ou neutralidade na disputa. Lula recebeu o apoio da terceira colocada na votação, Simone Tebet, embora seu partido, o

---

<sup>27</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/15/cidades-brasileiras-tem-atos-pro-governo.ghtml> Acesso em: 01 out. 2023.

<sup>28</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/politico-que-tem-medo-de-rua-nao-serve-para-ser-politico-diz-bolsonaro-sobre-dia-15.shtml> Acesso em: 30 set. 2023.

<sup>29</sup> Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html> Acesso em: 02 out. 2023.

<sup>30</sup> Disponível em:

<https://www.agazeta.com.br/es/politica/covid-19-14-vezes-em-que-bolsonaro-apareceu-sem-mascara-em-aglomeracoes-0521> Acesso em: 02 out. 2023.

<sup>31</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/bolsonaro-repete-teorias-da-conspiracao-e-ataca-urnas-stf-e-tse-a-embaixadores.shtml> Acesso em: 02 out. 2023.

<sup>32</sup> Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/09/5035124-bolsonaro-cita-golpe-militar-de-1964-e-diz-que-historia-pode-se-repetir.html> Acesso em: 02 out. 2023.



Movimento Democrático Brasileiro (MDB) tenha declarado neutralidade, e do quarto colocado, Ciro Gomes, e de seu partido, o PDT.

Ao final da disputa, Lula foi eleito com 50,9% dos votos, ante 49,1% de Bolsonaro, tornando a eleição presidencial a mais acirrada da história do Brasil. Após o anúncio do resultado, eclodiram em todo o território nacional movimentos ligados ao bolsonarismo que bloquearam as rodovias federais em protesto contra a vitória de Lula<sup>33</sup>. Depois do bloqueio das estradas, um grupo de pessoas tentou adentrar no prédio da Polícia Federal em Brasília, horas depois da diplomação de Lula como presidente<sup>34</sup>. Pessoas acamparam em frente a quartéis em todo o país, até o desmantelamento desses acampamentos, após os atos de 8 de janeiro em Brasília.<sup>35</sup>

Dando prosseguimento às condições de produção do discurso, na próxima seção é destinada a apresentar os veículos de comunicação selecionados e sua relação com a sociedade brasileira.

#### **4.2. Portais de notícias e sua inserção na mídia brasileira**

O G1 é um portal de notícias, líder de audiência em jornalismo digital no Brasil, mantido pelo Grupo Globo, que reúne conteúdo produzido por diversos setores dessa empresa de comunicação e também por suas afiliadas. É importante frisar que muitas das notícias publicadas no portal podem ser produzidas por redações de programas de televisão, de rádio e outros meios vinculados à TV Globo, no entanto, todo o conteúdo é supervisionado pela direção de jornalismo da emissora e está sob o “guarda-chuva” dos mesmos princípios editoriais.

---

<sup>33</sup> Disponível em:

<https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2022/apos-derrota-de-bolsonaro-pais-tem-236-bloqueios-em-estradas>

Acesso em: 21 out 2023.

<sup>34</sup> Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/entenda-o-que-motivou-a-tentativa-de-invasao-da-pf-em-brasilia/> Acesso em: 21 out. 2023.

<sup>35</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/10/acampamentos-de-bolsonaristas-radicaes-foram-desmantelados-em-todas-as-capitais.ghtml> Acesso em: 24 out. 2023.

Durante as Jornadas de Junho, a Globo foi acusada de ignorar as manifestações que ocorriam no país, fazendo com que alguns grupos demonstrassem insatisfação com a atuação do veículo, o que levou a protestos nas sedes da empresa<sup>36</sup>.

A centenária Folha de S. Paulo é um dos jornais de referência do país, fundado em 1921. Como já mencionado, o portal da Folha possui *paywall*, ou seja, libera acesso ao conteúdo somente para aqueles que efetuam assinatura.

Nos últimos anos o jornal tem se colocado em posição de defesa da democracia, inclusive alterando temporariamente seu slogan em 2020: o tradicional "Um jornal a serviço do Brasil", expressão utilizada pelo veículo desde 1961, tornou-se "Um jornal a serviço da Democracia", como parte de uma iniciativa lançada pelo veículo para a conscientização sobre a Ditadura Militar e uma campanha em defesa da democracia<sup>37</sup>. Apesar disso, o jornal se envolveu em polêmicas em torno de uma suposta colaboração com o Regime Militar, por meio do empréstimo de carros da empresa para preparar armadilhas contra militantes de esquerda que se opunham à ditadura. Um dos donos da empresa na época, Octávio Frias de Oliveira, negou as acusações e afirmou que, se algo ocorreu, foi sem seu conhecimento. No entanto, essa versão é contradita por uma investigação da Agência Pública<sup>38</sup>, a qual aponta não só que o empréstimo dos carros era feito com consentimento dos donos do jornal, mas também que diversos jornalistas que trabalhavam na empresa também atuaram no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão da ditadura que atuava na repressão de opositores do regime.

Na próxima seção, será trabalhada a análise da nomeação e da designação dos participantes dos Atos em Brasília.

### 4.3. Os bolsonaristas, os terroristas e os golpistas

Um artifício utilizado na construção de notícias é o direcionamento do leitor para aquilo que é considerado a informação “mais importante”. O primeiro contato do público com

---

<sup>36</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/08/1323185-policia-prende-manifestante-em-protesto-contr-tv-globo-no-rio.shtml> Acesso em: 21 nov. 2023.

<sup>37</sup> Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/inspirada-nas-diretas-ja-folha-lanca-campanha-em-defesa-da-democracia.shtml> Acesso em: 14 nov. 2023.

<sup>38</sup> Disponível em:

<https://apublica.org/2023/07/documentos-indicam-que-alianca-da-folha-com-a-ditadura-foi-mais-forte-do-que-jornal-admite/> Acesso em: 14 nov. 2023.

a informação se dá no momento em que lê o título, que pode ser ordenado de forma a destacar elementos informativos cruciais, ao mesmo tempo em que deve, segundo as normas técnicas do jornalismo, instigar a audiência a aprofundar-se no assunto através da leitura. A linha de apoio funciona de maneira similar, complementando informações que, por motivos variados, não poderiam ser acrescentadas ao título.

A sequência discursiva (SD1)<sup>39</sup> abaixo foi recortada de uma notícia construída por jornalistas da sucursal do G1 na capital federal. Publicada pelo portal às 15 horas e três minutos, é uma das primeiras publicações do G1 relacionadas aos Atos em Brasília, perto do momento em que os envolvidos entraram no Três Poderes.

#### Sequência Discursiva 1<sup>40</sup>

## Terroristas bolsonaristas invadem Congresso Nacional, Palácio do Planalto e STF, em Brasília

Militares tentaram, mas não conseguiram, conter terroristas com spray de pimenta e bombas de efeito moral. Vândalos depredaram os prédios, sedes dos poderes da República.

Por Afonso Ferreira, Walder Galvão, TV Globo e g1 DF  
08/01/2023 15h03 · Atualizado há 5 dias



(Fonte: Portal G1)

Num primeiro momento, podemos ressaltar a escolha feita de colocar os envolvidos no início do título e nomeando-os como “terroristas bolsonaristas”. O primeiro termo é um substantivo carregado de adjetivação: ao mesmo tempo em que inscreve o envolvido em um ato de terrorismo, designando-o como um terrorista, insere-o em um recorte histórico e acontecimental. Assim como afirma Guimarães (2003), a designação é “a significação de um nome enquanto sua relação, com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome” (GUIMARÃES, 2003, p. 54). Pode-se pensar, então, que designar os envolvidos como

<sup>39</sup> Disponível em:

<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/01/08/bolsonaristas-radicaais-entram-em-confronto-com-a-policia-na-esplanada-e-sobem-rampa-do-congresso-nacional-em-brasilia.ghtml> Acesso em: 8 set. 2023.

<sup>40</sup> Extraído em: 8 set. 2023. Apesar da atualização indicada na imagem, o título e a linha de apoio permaneceram inalterados.

terroristas implica produzir sentidos que remetem ao terror e à violência, provocando temor e insegurança. O Dicio, dicionário on-line da Língua Portuguesa, define terrorista como “quem se utiliza da violência para atingir objetivos políticos, geralmente praticando atentados para desorganizar uma sociedade, buscando o poder”. Nomear os envolvidos como “terroristas” também inclui designá-los como agentes do terrorismo, que seria uma forma violenta de atingir algum objetivo. Esse propósito político está atrelado a alguma ideologia.

No século XXI, há uma grande marca histórica do termo “terrorista”, mais precisamente a partir do atentado ao World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, um evento que ficou marcado pela difusão desse termo. Podemos pensar, também, que esse acontecimento, assim como o que é objeto de estudo nesta pesquisa, não foi nomeado, sendo costumeiramente referido pela data “11 de setembro”, o que, à primeira vista, não nos diz nada, mas é um termo que carrega uma série de sentidos por meio da memória de um acontecimento. Dessa forma, pode-se entender que, quando falamos sobre o “11 de setembro”, retomamos sentidos que vão além de uma data, pois caracterizam um acontecimento histórico. A partir disso, podemos refletir que, no jornalismo, terrorismo representa um grande valor-notícia. Dessa forma, os atos chamados de terroristas costumam reunir grande interesse jornalístico, porque atendem a diversos critérios de noticiabilidade, tais como crime e violência.

Deve-se ressaltar também que essa memória faz parte de uma construção coletiva, ou seja, ela está inserida em um “tecido” de historicidade que faz com que acontecimentos históricos sejam rememorados. A memória está inserida nas condições de produção do discurso que, durante a prática da linguagem, também passa por um processo de ressignificação, ao mesmo passo que esse processo de significação também será afetado pela inserção do sujeito em determinado “tecido” histórico.

Lançamos o olhar para os Atos em Brasília que podem ser entendidos com diferentes interpretações por sujeitos inseridos em diferentes formações ideológicas. Se, por um lado, há um grupo de pessoas que condenou as ações e as classificou como um ataque à democracia, por outro lado, há também pessoas que exaltaram essas ações, como, por exemplo, em um projeto de lei aprovado pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre que instituiu em 8 de janeiro o Dia do Patriota. Devido à repercussão negativa, o projeto foi revogado

posteriormente<sup>41</sup>. O ministro do STF, Luiz Fux, julgou-o inconstitucional e o classificou como um tentativa de exaltar pessoas que praticaram atos contra a democracia<sup>42</sup>.

Essas diferentes produções de sentidos se devem às inserções dos sujeitos em diferentes formações ideológicas. Assim, segundo Orlandi (2007a),

Podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas "tiram" seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (ORLANDI, 2007a, p. 42-43).

Entende-se então que, apesar de as palavras possuírem um significado comum na língua, os sentidos produzidos por elas não são comuns. De forma que esses sentidos serão definidos a partir das formações ideológicas que estão inseridas na formação discursiva. Ou seja, os sujeitos estão postos em determinada formação discursivas que serão determinadas por formações ideológicas, fazendo com que suas percepções da realidade (construída pelo jornalismo) sejam distintas, porque há um resgate histórico de sentido que também é distinto.

Essa diferença na produção de sentidos implica em haver discordâncias em relação a algo, no cenário desta pesquisa, ao acontecimento em análise, os Atos em Brasília. Para alguns, foram ações antidemocráticas e a favor de um golpe de Estado, e para outros foi justamente o contrário, uma manifestação legítima e assegurada pelo estado democrático.

O título é direto em apontar o grupo do qual os envolvidos fariam parte, nomeando-o como “bolsonaristas”. Esse termo foi criado para designar um conjunto de ordenamentos ideológicos, especialmente daqueles que se alinham com a corrente representada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro.

Se nomear é dar existência histórica, podemos entender que há um funcionamento de uma relação entre nomes, nesse caso de “terroristas” e “bolsonaristas”, criando assim uma nova designação. Ao nomear os envolvidos como “terroristas bolsonaristas”, o portal designa uma conformidade dos terroristas com uma linha ideológica específica. Podemos pensar que, além de afirmar que os envolvidos fazem parte do que é chamado costumeiramente de “bolsonarismo”, essa explicitação foi realizada para construir a imagem dos envolvidos no

---

<sup>41</sup> Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/vereadores-de-porto-alegre-revogam-lei-que-tornava-8-1-o-dia-do-patriota/#:~:text=A%20data%20comemorativa%20foi%20instituída.atacadas%20por%20golpistas%20em%20Brasília>. Acesso em: 8 nov. 2023.

<sup>42</sup> Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512998&ori=1> Acesso em: 8 nov. 2023.

atos de encontro ao grupo político de situação, ou seja, ao passo que os “terroristas” são “bolsonaristas”, considerados como uma corrente de extrema-direita no espectro político e que estavam no poder, serão antagônicos à corrente de esquerda que está no governo.

Também é pertinente fazer algumas reflexões acerca da nomeação dos envolvidos nos atos. Em relação, por exemplo, aos sentidos que seriam produzidos caso invertêssemos a ordem do enunciado e afirmássemos que os envolvidos são “bolsonaristas terroristas”. Podemos entender como uma forma de colocar que nem todos os bolsonaristas são terroristas, mas que há um grupo de pessoas, dentro desse grupo ideológico, que pratica atos de terrorismo. Entendemos que o uso dos dois termos distribui de certa forma a responsabilidade pela ação e pelas consequências. A responsabilidade não recai sobre os “bolsonaristas”, mas sobre aqueles que, dentro desse grupo, são terroristas. Pode-se pensar em outras possibilidades de nomeação dos envolvidos como, por exemplo, a expressão “terroristas invadem”, que não cria vínculos políticos, ou até mesmo “bolsonaristas invadem”, que pode ser encarada como um consenso de que todos aqueles que estão vinculados ao bolsonarismo apoiam a ação dos envolvidos.

A partir disso, podemos refletir acerca de alguns pontos: Os “terroristas bolsonaristas” agem apenas contra um grupo específico? Agem contra o processo eleitoral? Ou agem contra o Estado Democrático de Direito?

A SD2 aponta uma nomeação dos envolvidos mais enfática na questão de golpe de Estado e quebra democrática, ao descrevê-los como “bolsonaristas golpistas”. Porém, pode-se entender que, ao mesmo tempo em que a palavra golpista é atribuída aos envolvidos, o título aponta que o atentado é dos “bolsonaristas golpistas”, o que implica novamente em pensar que apenas um grupo de “bolsonaristas” executa a ação.

## Atentado dos bolsonaristas golpistas se deu com invasão e vandalismo no Congresso Nacional

O esvaziamento do teto do Congresso só foi completado mais de três horas depois da invasão, com o uso de bombas de efeito moral pela tropa de choque da Polícia Militar do Distrito Federal.

Por Fantástico

08/01/2023 21h11 · Atualizado há 8 meses

(Fonte: Portal G1)

Na seção de designação e nomeação, seguindo os estudos de Fernandes (2013), discorremos sobre o emprego dos termos “ocupação” e “invasão” para nomear, supostamente, a mesma ação: enquanto o primeiro designa algo legítimo, o segundo designa uma atividade criminosa, a ação de ultrapassar uma barreira estabelecida pelo limite da lei. No trecho recortado, o verbo escolhido é “invadem”, que caracterizaria uma ação criminosa por parte dos “terroristas”. Pode-se pensar, então, que seria contraditório escrever que “terroristas bolsonaristas ocupam”, se a designação do primeiro termo já aponta para um grupo de pessoas que executam ações fora da lei.

Dessa mesma forma, a expressão “golpistas” remete a uma memória, em especial pelo Golpe de 1964, no Brasil, que estabeleceu um regime autoritário no país. Pode-se pensar então, que, ao nomearmos os envolvidos como “golpistas”, estamos designando uma determinada posição ideológica desse grupo, de ordem antidemocrática, totalitária e a favor de um rompimento do regime democrático. Na SD3, a seguir, uma notícia da Folha de S. Paulo, somente essa expressão é empregada para nomear aqueles que executaram a ação, não vinculando, ao menos não na manchete, os envolvidos a nenhum grupo político específico. Na linha de apoio, há uma referência de que se trata dos bolsonaristas, no entanto, isso não está explícito. É importante salientar também, que esta manchete não relaciona a ação (de vandalizar) nem com os “golpistas”, nem com “bolsonaristas”. Da mesma forma, não aponta o local da reinstalação ou onde permanecem os bolsonaristas.

---

<sup>43</sup> Extraído em 8 set 2023

Sequência discursiva 3<sup>44</sup>

(Fonte: Portal Folha de S. Paulo)

Não podemos deixar de apontar que a cartola<sup>45</sup> utilizada pela Folha de S. Paulo se refere ao acontecimento como um “ataque à democracia”, enquadrando-o como uma tentativa de romper com a ordem democrática do país. Ao mesmo tempo, na manchete e na linha de apoio, a ação dos envolvidos não é apontada como uma ação antidemocrática, mas como vandalismo. Isso implica em dizer que os atos não são contra o Estado Democrático de Direito, mas sim contra o patrimônio público.

A mesma cartola é utilizada pela Folha na SD4, uma notícia relativa à manifestação de pessoas ligadas ao ex-presidente Bolsonaro, que no título são chamadas de “aliados”, nessa sequência específica, Sérgio Moro e Silas Malafaia. Afirmar que há essa divisão implica estabelecer uma separação em dois grupos distintos, o que é indicado na linha de apoio: aqueles que condenam (representados por Moro) e aqueles que endossam (representados por Malafaia).

<sup>44</sup> Extraído em: 9 out. 2023.

<sup>45</sup> No jornalismo, os termos cartola ou chapéu se referem à colocação de um texto, geralmente de até três palavras, antes do título, indicando a temática da matéria.





(Fonte: Portal Folha de S. Paulo)

Mais do que atribuir uma cumplicidade ou não com atos golpistas, essa notícia direciona para o entendimento de que há uma dualidade entre os próprios aliados de Bolsonaro, e possivelmente no bolsonarismo: haveria uma ala a favor e uma contra o rompimento democrático, não podendo assim o próprio bolsonarismo ser antidemocrático.

Essa forma de construção é um ponto em comum nas notícias analisadas na presente pesquisa, em que o bolsonarismo é setorizado em grupos que tomam posições distintas. A partir do momento em que há essa segregação, o G1 e a Folha não afirmam que “bolsonaristas realizaram atos golpistas”, porque isso implicaria dizer que todos aqueles que compõem esse grupo ideológico são a favor de um rompimento do estado democrático.

Percebemos que o mesmo tratamento aconteceu nas sequências discursivas relativas ao dia seguinte aos Atos em Brasília, em que ambos os veículos promoveram matérias que apontavam as repercussões e o resgate histórico em torno do acontecimento.

---

<sup>46</sup> Extraído em: 9 out. 2023.

## Do discurso violento ao terrorismo: um relato exclusivo de 2 meses dentro do acampamento de bolsonaristas golpistas em Brasília

Nos dias anteriores à depredação do Congresso, do Planalto e do STF, extremistas radicalizaram em declarações radicais e antidemocráticas. Vídeos inéditos mostram arrecadação de dinheiro, defesa da intervenção militar, 'gato' na energia elétrica e churrascos.

Por Anna Reis, Afonso Ferreira e Pedro Borges, TV Globo  
09/01/2023 17h23 · Atualizado há 8 meses



(Fonte: Portal G1)

Na SD5, há outra vez o emprego da expressão “bolsonaristas golpistas” na manchete, enquanto na linha de apoio há a designação de “extremistas”. Vale rememorar um dos pronunciamentos políticos de Bolsonaro em um comício no Acre em 2018, no qual ele afirmou: “Vamos fuzilar a petralhada”<sup>48</sup>, podemos pensar que quando o G1 escreve que se passou do “discurso violento ao terrorismo” remete à essa memória. Já na SD6, na linha de apoio, há o emprego da designação “bolsonaristas radicais”.

## 7 momentos em que os ataques em Brasília lembraram a invasão ao Capitólio nos EUA

Assim como os terroristas que promoveram a invasão do Congresso americano, bolsonaristas radicais não aceitam os resultados das urnas no Brasil e pedem um golpe de estado.

Por g1  
09/01/2023 14h31 · Atualizado há 8 meses



(Fonte: Portal G1)

<sup>47</sup> Extraído em: 9 set. 2023.

<sup>48</sup> Disponível em: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>  
Acesso em: 21 nov. 2023.

<sup>49</sup> Extraído em: 9 set. 2023.

Essas formas de nomear, acabam por distanciar os “bolsonaristas” dos adjetivos subsequentes, ou seja, por meio da nomeação, as manchetes designam os bolsonaristas em grupos diferentes que podem ser a favor ou contra a democracia. Podemos pensar também acerca das nomeações em que os “bolsonaristas” não aparecem, no caso do recorte apresentado, nas expressões “golpistas”, “terroristas” e “extremistas”. Enquanto a primeira designa um grupo de pessoas a favor de um golpe de Estado e a segunda, um grupo que utiliza do medo para alcançar algum objeto, a terceira está aberta para uma grande gama de sentidos. Pensando sob a ótica do espectro político, o “extremista” pode-se referir a diferentes grupos sociais de diferentes ideologias, mas além disso, a própria definição desses grupos como extremistas será alterada pela inserção dos sujeitos em determinadas formações ideológicas. Na próxima seção, exploraremos como esse acontecimento foi nomeado e designado pelos portais de notícia.

#### **4.4. O atentado, a invasão e o vandalismo**

No capítulo sobre o panorama do processo noticioso, apresentamos as etapas que envolvem a criação de notícias, começando pela delimitação do recorte dos acontecimentos, por meio dos critérios de noticiabilidade, seguido de sua formulação, guiada por valores-notícia e por códigos de ética, até o processo de circulação dessas notícias.

Parte crucial desse processo está justamente no recorte do acontecimento, o que nos permite refletir sobre o que podem ser determinados acontecimentos, tendo em vista que, para a maioria das pessoas, as informações sobre o que ocorre ao redor de onde vivem são difundidas justamente pelo veículos de comunicação, que selecionam, dentro de “um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias” (WOLF, 2008, p. 196). Entende-se, então, que o início do processo noticioso está no recorte de um acontecimento e na sua capacidade de ser transformado em elemento para construção de uma notícia.

Como já dissemos anteriormente, há eventos que por si só já possuem nome, cabendo aos veículos apenas reproduzir aquilo que já foi nomeado. Um exemplo disso pode vir de eventos esportivos, como os Jogos Olímpicos. Ao nomearmos um evento como a “disputa olímpica dos 100 metros”, estamos designando esse acontecimento como parte dos Jogos Olímpicos, podendo ainda fazer parte da modalidade de natação ou de atletismo, já que não

foi especificado se eram 100 metros “rasos” ou “livres”. Mesmo que sejam exploradas as disputas de cada modalidade, elas são praticamente impossíveis de serem dissociadas do evento principal do qual todos fazem parte, as Olimpíadas.

Por outro lado, os Atos em Brasília podem ser definidos justamente ao contrário, já que coube aos próprios veículos de comunicação atribuírem um nome para o evento e, conseqüentemente, designá-lo. Um ponto de reflexão da presente pesquisa está justamente na forma com que o G1 e a Folha de S. Paulo constroem esse acontecimento, por meio da nomeação e da designação.

Primeiramente devemos lembrar as definições de nomeação e designação trazidas por Guimarães (2003): a primeira como o fenômeno de dar existência histórica, ou seja, a partir do momento em que os meios de comunicação nomeiam um acontecimento, ele passa a ser determinado como acontecimento histórico. É a partir disso que o jornalismo irá construí-lo em acontecimento jornalístico. Já a segunda pode ser definida pela produção de sentidos que é desencadeada pelo nome, portanto, muito mais do que dar existência, a designação implica em induzir ao resgate histórico, à memória.

Analisemos então os trechos das notícias sobre o acontecimento que chamamos nesta pesquisa de Atos em Brasília, e que teve de ser nomeado pelos veículos de imprensa, como G1 e Folha de S. Paulo. Algumas das seqüências discursivas analisadas utilizaram mais de um termo para nomear o acontecimento, portanto, consideramos que a primeira expressão empregada foi considerada mais relevante para a construção dessas notícias.

A ênfase em invasão foi dada na SD1:

SD1) Terroristas bolsonaristas invadem Congresso Nacional, Planalto e STF, em Brasília. Militares tentaram, mas não conseguiram, conter terroristas com spray de pimenta e bombas de efeito moral. Vândalos depredaram os prédios, sedes dos poderes da República.

Para pensarmos melhor sobre a “invasão”, podemos remontar o emprego das designações “ocupação” e “invasão” quando relacionadas ao MST. Nos estudos de Indursky (2002), a autora coloca a primeira como um ato legítimo e a segunda como um crime.

*Ocupação* tem como referente a terra *improdutiva*. *Invasão* constrói como referente a terra *privada*. A primeira, por tratar da terra improdutiva, trabalha o *sentido ético* de uma terra que, por ser improdutiva, deve ser redistribuída para que aqueles que o desejam possam cultivá-la para dela tirar a sua subsistência e a dos seus. A segunda, por possuir um proprietário, põe em relevo o sentido jurídico de violação da propriedade privada. (INDURSKY, 2002, p. 125, grifos da autora).

Podemos considerar, então, que, assim como nas notícias acerca da atuação do MST em terras improdutivas, os veículos se valem da designação “invasão”, no sentido jurídico de violação, no do MST, da propriedade privada, no caso dos Atos em Brasília, nas sedes dos três poderes. A SD2 também aponta a invasão, mas primeiramente classifica os atos como um “atentado”:

SD2) Atentado dos bolsonaristas golpistas se deu com invasão e vandalismo no Congresso Nacional. O esvaziamento do teto do Congresso só foi completado mais de três horas depois da invasão, com o uso de bombas de efeito moral pela tropa de choque da Polícia Militar do Distrito Federal.

Mais uma vez, o termo “invasão” designa a violação jurídica da propriedade, a imputação de um crime, além de apontar para o modo como o ato se deu. Pode-se pensar, também, no funcionamento do termo “atentado” nessa sequência discursiva e levantar algumas questões. A palavra “atentado” tem o significado definido pelo Dicio, dicionário on-line da Língua Portuguesa, como “ato criminoso de violência que busca prejudicar algo ou alguém, normalmente, pautando-se numa causa política ou religiosa”. Cabe indagar, então: a SD2 aponta que o atentado é contra o quê e quem? Há apenas uma indicação que adjetiva o atentado, de que teria sido executado pelos “bolsonaristas golpistas”, por meio da invasão e do vandalismo.

A maior parte das sequências discursivas analisadas classifica os Atos em Brasília como “vandalismo”, como na SD3:

SD3) Golpistas voltam para o quartel-general do Exército e se reinstalam após vandalismo em Brasília. Polícia do Exército pede que bolsonaristas desmontem barracas, mas eles não seguem orientação e permanecem no local.

Esse trecho não expressa o que foi vandalizado, apenas que aconteceu na cidade de Brasília, diferentemente do que ocorre na SD5:

SD5) Do discurso violento ao terrorismo: um relato exclusivo de 2 meses dentro do acampamento de bolsonaristas golpistas em Brasília. Nos dias anteriores à depredação do Congresso, do Planalto e do STF, extremistas radicalizaram em declarações radicais e antidemocráticas. Vídeos inéditos mostram arrecadação de dinheiro, defesa da intervenção militar, 'gato' na energia elétrica e churrascos.

A sequência discursiva mobiliza o termo “depredação” para descrever os Atos em Brasília, e ainda faz referência aos prédios públicos que representam os três poderes. Tendo

em vista as diferentes formações ideológicas nas quais os sujeitos estão inseridos, podemos pensar, então, nos sentidos que a expressão “deprecação do Congresso, do Planalto e do STF” produz. Num primeiro momento, há a simbologia envolvida no que os prédios em si representam, que podem ser considerados mais do que uma estrutura física, mas também como ícones do estado democrático.

Por outro lado, a SD4 coloca os atos como antidemocráticos, nomeando-os como “golpistas”:

SD4) Aliados de Bolsonaro se dividem sobre ato golpista em Brasília. Moro condena, e Malafaia fala em "manifestação do povo"

Cabe observar que descrever o evento como um “ato golpista” implica no entendimento de que o ato é golpista, e não quem o cometeu. Ao encontro da SD4, a SD7 também nomeia os atos da mesma forma.

#### Sequência Discursiva 7<sup>50</sup>

UNIÃO EUROPEIA · RÚSSIA · ITAMARATY

## Rússia, China, Alemanha e Reino Unido fazem coro a outros líderes e condenam ato golpista em Brasília

Governantes falam em ataque à democracia e manifestam apoio e solidariedade a Lula

(Fonte: Portal Folha de S. Paulo)

Ainda é acrescentado que se trata de um “ataque à democracia”, no entanto, pode-se notar que a designação é referida como uma classificação feita pelos “governantes”, um grupo de autoridades de países estrangeiros que designam esse “ataque”.

Dentre todas as sequências discursivas recortadas para esta pesquisa, a designação com o maior número de incidências foi “vandalismo”. O termo aparece nas SD1, SD2, SD3, SD5 e de forma destacada na SD8.

---

<sup>50</sup> Extraído em: 9 out. 2023.

ATAQUE À DEMOCRACIA

## Vandalismo em Brasília eleva risco-país e há chance de fuga de capital, dizem analistas

Aumento da tensão política compromete imagem do Brasil diante de investidores e dólar pode disparar

(Fonte: Portal Folha de S. Paulo)

Nessa chamada, do dia 9 de janeiro, focada em avaliar as consequências dos Atos em Brasília, não se indica os executores da ação, somente a nomeação dos atos como “vandalismo”, termo que indica um dano deliberado à propriedade, nesse caso, aos prédios dos três poderes. Tendo em vista que nessa chamada não há nenhuma referência aos atos além da expressão “Vandalismo em Brasília”, podemos pensar então que a construção do texto está inserida em um tecido histórico, que faz com que o “vandalismo” rememore o já-dito. Já na linha de apoio, há a expressão “aumento da tensão política” como um resultado da ação não explicitada no texto. Podemos pensar que essa formulação de texto funciona no sentido de indicar que há duas ou mais forças políticas, não necessariamente partidos políticos, que estão em embate entre si, ou seja, a tensão política é causada por mais de um agente.

Podemos considerar que as formas de designação dos Atos em Brasília implicaram no entendimento de que houve uma invasão, um ataque e um atentado, mas essas ações foram categorizadas como vandalismo, como uma maneira de atentar contra o patrimônio público, silenciando assim a possibilidade de os atos serem contra o Estado Democrático de Direito.

---

<sup>51</sup> Extraído em: 9 out. 2023.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, abordamos o modo com que o discurso jornalístico construiu os Atos em Brasília como um acontecimento jornalístico e discursivo por meio da análise materialista do discurso, explorando as notícias publicadas entre os dias 8 e 9 de janeiro de 2023 nos portais de notícias G1 e Folha de S. Paulo. Em 8 de janeiro de 2023 um grupo de pessoas entrou nos prédios dos três poderes em Brasília e depredou os edifícios levando à prisão em flagrante de 2.151 pessoas. Para facilitar a compreensão do leitor, nomeamos a ação como “Atos em Brasília” e aqueles que a executaram como “envolvidos nos Atos”.

Esse estudo teve como objetivo explorar a construção da imagem dos envolvidos e do próprio acontecimento, assim como compreender o processo de constituição, formulação e circulação do discurso jornalístico, explorar a construção dos Atos de Brasília como acontecimento e discutir os efeitos de sentido produzidos a partir da designação.

O primeiro capítulo discorreu acerca do processo de construção de notícias com aproximações da ótica discursiva. Abordamos a relevância dos conceitos éticos para o processo noticioso e como os códigos de ética e de conduta agem no processo jornalístico conforme pensado por Christofletti (2008), assim como a inserção desses manuais em formações discursivas, articulando com as noções formuladas por Mariani (2004). Em seguida, tratamos da atribuição do jornalismo no papel de defensor da democracia, atrelado à função de mantenedor do direito à liberdade de expressão e de comunicação. As últimas duas seções do primeiro capítulo levantaram noções de jornalismo como construção. No segundo capítulo, versamos sobre o conceito de acontecimento, desenvolvido por diversos autores, tais como, Žižek (2017), Rosa (2021), Antunes (2014) e Lage (2014). Também desenvolvemos as noções de discurso e de formações discursivas formuladas por Orlandi (2007a), Fernandes (2013) e Schwaab (2007) e por fim, as noções de nomeação e designação, trazidas por Indursky (2002) e Guimarães (2003).

Para a compreensão aprofundada do material analisado, foi importante a exploração do cenário sócio-histórico brasileiro no momento anterior aos Atos em Brasília, de forma a apresentar ao leitor deste estudo as condições de produção dos discursos, tanto dos que estiveram diretamente envolvidos na ação, quanto do jornalismo, que se trata de um discurso acerca da ação e dos sujeitos envolvidos nela.

Em nossa análise, chegamos ao entendimento de que os portais construíram os



envolvidos nos atos de diversas maneiras, mas sempre no sentido de haver uma separação do bolsonarismo em grupos, com posições distintas em relação ao rompimento com a democracia. Nesse sentido, entendemos que houve um certo cuidado em não generalizar os “bolsonaristas” como “terroristas” e “golpistas”, dois termos que também estão inseridos em um recorte histórico e provocam sentidos. O primeiro, em relação ao 11 de setembro, e o segundo em relação ao Golpe de 1964. No entanto, há de se ressaltar que o sentido não existe em si, ele é determinado pelas formações ideológicas, pela inserção do sujeito em um tecido histórico (e ideológico) que desperta sentidos por meio da memória. Por esse motivo, as pesquisas em Análise do Discurso não geram resultados da mesma forma que outras áreas do conhecimento, mas sim, provocam reflexão. Isso se dá porque as percepções sempre serão distintas, porque o resgate histórico de sentido também será distinto.

Logo, é impossível afirmar categoricamente que esses veículos defenderam ou não a democracia, mas é factível empreender algumas reflexões.

As formações discursivas determinam o que se deve ou não se deve dizer e de que forma dizer, e a ética jornalística tem funcionamento semelhante. Dessa forma foi entendido que, no recorte estudado, o jornalismo pode construir esse acontecimento como atentado e vandalismo ao patrimônio público e invasão aos prédios dos três poderes, mas não foi possível conceber o acontecimento como uma tentativa de golpe de Estado ou como ataque à democracia. Os envolvidos, por sua vez, puderam ser designados como golpistas, terroristas e bolsonaristas, mas estes não puderam ser designados, em sua totalidade, como golpistas.

As chamadas e linhas de apoio foram construídas com um cuidado em não nomear os bolsonaristas de forma isolada, ao contrário, o termo “bolsonaristas” apareceu nas sequências discursivas sempre acompanhado de outro, tais como: terroristas, golpistas e radicais. Compreendemos que essa designação funciona de forma a dividir a responsabilidade das ações, não recaindo esta sobre os “bolsonaristas”, mas sim sobre um grupo específico dentro do bolsonarismo, que foi setorizado entre aqueles que são contra e a favor de um rompimento democrático. Na única vez em que o termo apareceu isolado, não houve conexão com a ação.

Na seção em que tratamos das condições de produção, apresentamos diversas falas de Bolsonaro em ataque às instituições democráticas, portanto, cabe a indagação: se ele próprio teve falas contra a democracia, seria possível ser bolsonarista sem ser antidemocrático? Por meio da análise, entendemos que o discurso jornalístico materializado nos dois portais observados contribuiu para a compreensão de que o bolsonarismo não poderia ser

antidemocrático.

Prosseguindo o estudo, observamos como os atos foram nomeados e designados pelos veículos. Há de se ressaltar mais uma vez a particularidade do acontecimento em análise, de por si só não possuir nome, cabendo aos portais nomeá-lo. Como aponta Guimarães (2003), dar nome a algo é dar existência histórica, portanto, G1 e Folha de S. Paulo conceberam os Atos como acontecimento histórico e os construíram como acontecimento jornalístico e discursivo. Apontamos aqui que um dos desdobramentos possíveis do presente estudo está na análise dos Atos como um acontecimento jurídico.

No recorte selecionado, de maneira geral, os veículos categorizam as ações como vandalismo ou depredação. Podemos pensar no funcionamento da designação desses termos no entendimento de que parece sugerir um enfoque nas consequências materiais, nesse caso específico, aos prédios públicos. Na SD6 há ainda o emprego do termo “ataques”, que se entende como um ação contra algo ou alguém. Nesse contexto, surge a indagação sobre o que seria o alvo dos envolvidos.

Concluimos que ao não nomear os “bolsonaristas” de forma destacada, mas sim, associando o termo a outros, os portais acabam por setorizar o “bolsonarismo”, dificultando o entendimento de que esse grupo seja antidemocrático. Além disso, ao qualificar os Atos como vandalismo, os portais restringem a relação de efeitos das ações, afastando-se da compreensão dos Atos como um atentado ao Estado Democrático de Direito.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Elton, O jornalismo é história malfeita?. In: LEAL, Bruno (org.); ANTUNES, Elton (org.); VAZ, Paulo Bernardo (org.). **Para entender o jornalismo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 155-168
- ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. (217 [III] A). Paris, França, 1948. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaração-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 13 jun. 2023
- BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. 2. ed. Tradução de Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: EDUSC, 1999. Título original: La deontologie des médias.
- BRAGATTO, Fernanda. Para Além do Discurso Eurocêntrico dos Direitos Humanos: Contribuições da Descolonialidade. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), v. 19, p. 201-230 Disponível em: <<https://periodicos.univali.br/index.php/nej/article/view/5548/2954>> Acesso em: 22 dez. 2023
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, [2016]. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo**: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 3. ed. rev. São Paulo: Summus, 2007.
- CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Ética no jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiro**. Vitória, 2007. Disponível em: <<https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>>. Acesso em: 13 jun. 2023.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. São Carlos, SP: Claraluz, 2008.
- GADINI, Sérgio Luiz. Em busca de uma teoria construcionista do jornalismo contemporâneo: a notícia entre uma forma singular de conhecimento e um mecanismo de construção social da realidade. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia, Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul 33. ed., p. 79-88, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4955/495550189011.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2023.
- GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. In: TASCETTO, Tania. **Língua e Literatura**: Limites e Fronteiras. 26. ed. Santa Maria, RS: [s. n.], 2003, p. 53-62
- INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. **Revista da Anpoll**, [S. l.], v. 1, n. 12, p.

111-131, 2002. Disponível em:

<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/507/517>. Acesso em: 13 nov. 2023.

KARAM, Francisco José. **Jornalismo, ética e liberdade**. 1. ed. São Paulo: Summus, 1997.

LAGE, Leandro. O acontecimento é o passado da notícia?. In: LEAL, Bruno (org.); ANTUNES, Elton (org.); VAZ, Paulo Bernardo (org.). **Para entender o jornalismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 77-88.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001.

MARIANI, Bethania. **Discurso e instituição**: a imprensa. RUA, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 47-62, 1999. Disponível em: Acesso em: 12 nov. 2023.

MARIANI, Bethania. **Ética, pesquisa e análise do discurso**. RUA, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 9-22, 2004. Disponível em:  
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640761>>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE JORNALISTAS *et al.* **Código Internacional de Ética para Jornalistas**. Praga, República Checa. Disponível em:  
<<https://jornalistas-rs.org.br/codigo-de-etica-internacional/>>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ORLANDI, Eni. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007a.

ORLANDI, Eni. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007b.

ORLANDI, Eni. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

ORLANDI, Eni. **Estudos da Língua(gem)**: Michel Pêcheux e a Análise de Discurso. 1. ed. Vitória da Conquista, BA: [s. n.], 2005.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi – 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008. Título original: Discourse: Structure or Event?

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984. 1. ed. Londrina, PR: Eduel, 2013. Disponível em:  
<<http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/ditadura%20militar.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2023

ROSA, Marluza da. O discurso sobre a abertura das universidades brasileiras às migrações contemporâneas no jornalismo digital. In: **Linguagem em (Dis)curso**. Tubarão, SC, v. 21, n. 3, p. 415-433, 2021.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SCHWAAB, Reges Toni. Para ler de perto o jornalismo: uma abordagem por meio de dispositivos de análise do discurso. **Em Questão**, v. 13, p. 11-23, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4656/465645956002.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2023.

TERRORISMO. In: **DICIO, Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/terrorismo/>>. Acesso em: 10 set. 2023.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. **Teoria das comunicações de massa**. Tradução de Karina Jannini. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Título original: *Teorie delle comunicazioni di massa*.

ŽIŽEK, Slavoj. **Acontecimento**: Uma viagem filosófica através de um conceito. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017. Título original: *Event (A Philosophical Journey Through A Concept)*.